

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO
PAGAMENTO DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 57

19 de março de 2019

(18,36 h – 21,20 h)

Ordem do dia: Audição do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes

Presidente da Comissão: Emídio Guerreiro

Deputados:

Helga Correia (PSD)

Hugo Costa (PS)

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

André Pinotes Batista (PS)

O Sr. **Presidente** (Emídio Guerreiro): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 36 minutos.

Hoje temos connosco o Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética, Dr. João Pedro Matos Fernandes, a quem já tive oportunidade de explicar o funcionamento desta Comissão. Agradeço a sua presença e disponibilidade para estar connosco após um longo debate no Plenário onde estive presente.

Vamos, pois, iniciar os nossos trabalhos com uma intervenção inicial do Sr. Ministro.

Tenha a bondade, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética** (João Pedro Matos Fernandes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, percebo bem o propósito desta Comissão de Inquérito e estou, como não poderia deixar de estar, completamente disponível para responder a todas as perguntas para as quais tiver resposta.

Não deixo de dizer que, quando assumimos esta pasta, o *dossier* da energia estava muito marcado por um abuso forçado de sinonímia entre rendas excessivas e energias renováveis. E isso era mau, era muito mau. Era mau porque para sermos neutros em emissões carbónicas teríamos de ter 80% da eletricidade que consumimos com origem em fontes renováveis já em 2030. E era mau porque para cumprir as metas de neutralidade em 2050 o setor eletroprodutor deveria ser, nessa data, 100% renovável. Ou seja, o caminho que Portugal trilhou neste domínio não pode ser interrompido, antes pelo contrário, terá de ser reforçado.

Obviamente que isso não quer dizer que o objetivo deve ser conseguido a qualquer custo e desrespeitando regras, mas o ambiente crispado que existia no País e que não poderia deixar de condicionar os investidores, situação que já vinha do Governo anterior, obrigava a um discurso político diferente cuja responsabilidade assumo por inteiro.

E por isso nos concentrámos em falar e pensar o futuro sem nos determos, para além do óbvio, no passado.

Sabemos que não vai ser o Estado a investir em novos projetos ou na sua melhoria de capacidade e, por isso, é fundamental gerar um novo clima de diálogo e confiança para com os promotores.

Sabemos que um País com recursos para gerar 100% da eletricidade que consome, mas que importa 70 milhões de barris de petróleo por ano e que ainda perde mais de 400 milhões de euros por ano com subsídios ambientalmente perversos na promoção de combustíveis fósseis, tem de assumir uma política mais ambiciosa. Foi isso que fizemos e é isso que faremos.

Já tínhamos conseguido, ainda sem esta pasta, que a produção a carvão pagasse o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos) devido. A aposta agora é no solar e na ampliação da capacidade eólica, pois necessitamos, com urgência e por razões de política climática, de encerrar as duas centrais a carvão.

No que o nosso Governo, sem nós, havia feito para combater as ditas rendas excessivas, nada mudámos. Em relação aos CMEC, aos 285 milhões dos aspetos inovatórios, à ausência dos testes de disponibilidade e à redução da taxa de juro da dívida tarifária, acompanhámos as decisões que nos precederam.

Em relação à conta de hidraulicidade, em breve existirá uma decisão. Quanto à sobrecompensação dos CMEC no âmbito dos serviços do sistema, trata-se de matéria que está a ser tratada pela Autoridade da Concorrência.

Sobre o serviço de interruptibilidade, por não parecer estar de acordo com as regras de mercado, iremos proceder à sua reformulação num quadro de revisão geral do mercado dos serviços do sistema. Relativamente ao alegado duplo apoio pago às renováveis, aguardamos envio do relatório da IGF (Inspeção-Geral de Finanças) para esclarecimento posterior junto da Procuradoria-Geral da República de dúvidas jurídicas sobre o âmbito do temporal de aplicação da portaria.

Este é um passado que tem de ter um epílogo e as conclusões desta Comissão de Inquérito serão da maior importância para tal. Mas repito e completo o que vinha dizendo no início.

Houve tempo — e Portugal fez bem — em que foi necessário compensar o risco de investidores nas renováveis e, com essa aposta, conseguiu que mais de metade da eletricidade que hoje consumimos tenha origem renovável. Foi essa a razão que conduziu, há cerca de um mês, à atribuição pela UNESCO do prémio de campeões das renováveis e ao reconhecimento mundial pelo nosso compromisso em resultado pioneirismo do roteiro de neutralidade carbónica.

Hoje, a situação é completamente diferente, pois a maturidade das tecnologias permite que as renováveis possam gerar eletricidade abaixo dos preços de mercado.

Em menos de 20 anos, passámos de uma fase de sobrecusto para compensar o desenvolvimento tecnológico para uma segunda fase de produção a preços de mercado que devemos saber reconhecer que, em termos de quantidade, não deu grandes frutos. E estamos, neste momento, no advento de uma terceira fase na qual a produção tem custos inferiores aos do mercado, devendo o Governo tudo fazer para gerar um sobreganho para os consumidores. Deve mesmo ser esta a nossa aposta.

O preço da energia em mercado, pela forma que tem de fixação do próprio preço, continuará a subir. A taxa de carbono e o fim da isenção do

ISP a tal conduzirá inevitavelmente. Por isso, só mesmo os investidores nas renováveis terão interesse em vender a preço de mercado.

Respeitamos e achamos normal que assim seja, mas o interesse público pode bem ser diferente desse.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há uma coisa que está só, de facto, nas mãos do Governo após um diálogo com um conjunto da sociedade: fixar as metas da descarbonização em cada setor e dizer qual a quantidade de produção renovável e, dentro desta, qual o *mix* pretendido.

Uma vez fixadas estas metas e não sendo nós os investidores mas defendendo um superior interesse público, o da descarbonização, temos de garantir a justiça no acesso ao mercado e uma estabilidade regulatória a quem quer investir.

Sendo a fonte solar a grande aposta no imediato, o regime de leilões parece ser mesmo aquele que nos garante que atingiremos os nossos objetivos, leilões em que seja sempre conhecida a existência real, ou contemplada em plano, de uma ligação à rede. Não podemos atribuir licenças em *no man's land* que se transformem em títulos transacionáveis, que podem ser negócio legítimo para alguns mas que simplesmente não se concretizam. Com papéis, não se cumprem metas de descarbonização.

Depois, há, certamente, instrumentos jurídicos para compensar o Estado e a retenção de cauções e tudo mais. Mas, mesmo assim, continuaremos sem atingir os nossos objetivos.

Por isso, a primeira variável dos leilões será a geografia — leilões que fixarão tarifas abaixo do preço de mercado para um lote de investidores, uma parte deles com projetos parados por falta de financiamento.

Fixar uma tarifa não é atribuir um subsídio.

Estes leilões serão complementados por outro lote em que os promotores darão ao sistema uma parte do preço de mercado a que conseguirão vender a sua produção.

Sabemos de candidatos a querer produzir a preços de mercado, é verdade, e eles também sabem porquê: irão vender a eletricidade gerada em valores superiores aos das tarifas fixadas. Por isso, e, pelo menos uma parcela dessa preço, servirá para compensar o défice tarifário do setor.

Claro que quem estiver disponível para custear as ligações à rede não terá de se sujeitar a um leilão, licenciará com naturalidade e como com qualquer outra atividade dos seus projetos e participará em concorrência livre e direta.

Sobre este tema, repito apenas que quem fixa as metas é o Governo, que terá de tudo fazer para que estas se cumpram. Nós sabemos qual a quantidade de eletricidade que devemos produzir a partir do solar. Dos 0,5 GW existentes em 2015, teremos de chegar a um intervalo entre os 8,1 e os 9,9 GW em 2030. Em bom rigor, o verbo «querer» nem será o mais adequado, é mais o verbo «ter». Temos de chegar a este valor. Ele é fixado pelo Plano Nacional Energia e Clima (PNEC) e, se não o atingirmos, falharemos os nossos objetivos.

Por tecnologia, todos os valores estão fixados e propostos. Na eólica, os valores do PNEC correspondem a uma passagem de 5 GW em 2015 para um intervalo de 8 a 9 GW em 2030. O desafio é menor, não deixando de ser muito exigente.

Foi esse o motivo pelo qual já desbloqueámos os processos de sobreequipamento nos parques eólicos. A aposta no sobreequipamento é mesmo importante e quase um «ovo de Colombo». Trata-se de tão-só, em parques já existentes e, como tal com impacte ambiental virtualmente nulo e enorme simplificação de licenciamento, aproveitando ligações também já existentes e por isso sem investimento e sem rede, de aumentar a capacidade de geração.

Os quatro pedidos ao abrigo da nova portaria já foram considerados e, assim, foram retiradas as quatro ações judiciais e os projetos estão agora a

caminho da concretização, com tarifas inferiores aos valores de sobrecusto fixadas pela ERSE.

A caminho do final, direi que mal fora que numa sociedade como a nossa não fossem escrutinados todos os processos que envolvem decisões públicas, mesmo quando estas já têm mais de 10 anos.

Como disse, no que às eventuais rendas excessivas respeita, as decisões tomadas por este Governo, embora não pela minha equipa, serão todas para defender, admitindo apenas correções que possam resultar de processos ainda em curso, embora, em bom rigor, o único caso que não damos por fechado é o do designado «duplo apoio pago às renováveis», do qual aguardamos parecer da Inspeção-Geral de Finanças.

Mas o nosso principal foco de ação, e penso que partilhado por todos ainda com interpretações muito distintas, é o da urgência climática e o caminho que o setor da energia, particularmente o eletroprodutor, tem de percorrer e depressa. Afinal, trata-se de uma urgência.

Com determinação, seremos bem-sucedidos, tendo do nosso lado o papel de liderança mundial que Portugal tem hoje e o extraordinário embaratecimento da tecnologia em resultado da sua banalização, que possibilitará uma transição efetiva, justa e com ganhos económicos e sociais.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Hoje cabe ao PSD dar início à inquirição.

Assim sendo, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helga Correia. Tem 8 minutos.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes.

Sr. Ministro, será seguramente o último membro do Governo a ser ouvido e, por isso, é importante fazer um pré-balanço destas audições, dos factos consolidados até este momento.

Nesta fase, e passadas 53 audições, sabemos que várias medidas foram tomadas em favor do Orçamento do Estado mas que penalizaram o consumidor. Isto é, foram criadas medidas por vários Governos que acabaram por representar um custo para a fatura dos consumidores. Há quem tenha criado rendas e não tenha suportado esse custo das rendas criadas, há quem tenha feito cortes e não tenha beneficiado do efeito desses mesmos cortes. Muitos depoentes contabilizaram os custos de decisões políticas mas nunca, por exemplo, os benefícios ambientais dessas mesmas decisões.

Numa época em que tanto se fala da descarbonização da produção eléctrica e na descarbonização da economia, faz todo o sentido termos optado pela construção de sistemas que nos permitem hoje ambicionar compromissos de descarbonização.

Naturalmente que a construção desses sistemas teve custos de inovação e custos de tecnologia que eram mais caros à época. Mas, olhando para o caminho percorrido e tendo em consideração a distância temporal que agora temos, podemos ver e analisar a decisão política de forma diferente.

Sr. Ministro, ao longo de mais de 50 audições, foram ouvidas várias personalidades especialistas, entidades reguladoras, membros dos vários Governos e, com base nessas audições, verificámos que apenas dois Governos efetuaram cortes naquilo que nós consideramos rendas excessivas e que outros qualificam de sobrecustos.

Quanto a este facto, penso que estamos em pleno acordo.

O Governo anterior PSD/CDS aplicou vários pacotes de medidas com cortes às rendas excessivas que totalizaram um corte de aproximadamente 3000 milhões de euros.

Sr. Ministro, com o anterior Governo, iniciámos a descida das tarifas e a redução do défice tarifário e, numa política de continuidade que devem reconhecer, o atual Governo tem vindo também a implementar medidas de redução de custos.

É pela continuidade dos cortes e pela dupla subsidiação, Sr. Ministro, que quero começar a minha inquirição.

Em 2016, a secretaria de Estado levou a ERSE a cortar 140 milhões de euros na dívida tarifária, isto com base num entendimento sumariamente referido na Portaria n.º 268-B/2016, que considerava este montante indevido por ser decorrente de uma dupla subsidiação proveniente das *feed-in tariff* e proveniente de outros apoios públicos. Este montante de 140 milhões é referido na portaria só a título de estimativa. Aliás, no que respeita ao valor concreto do corte, a Portaria remete para um futuro despacho ministerial por proposta do DGEG, despacho que nunca veio a existir.

Nesta sequência, por regulamentação do referido artigo 171.º do Orçamento do Estado, foi publicada a Portaria n.º 69/2017, que refere *ipsis verbis* a portaria anterior.

Não obstante o que acontece, a verdade é que o corte foi mesmo levado a efeito pela ERSE e pelo montante dos 140 milhões de euros, que assume, por isso, até à respetiva cobrança, aos centros eletroprodutores, a natureza de uma imparidade não registada neste valor que vem arrastado desde 2017.

Deixo-lhe uma questão: se os apoios públicos ou as *feed-in tariff* fossem indevidas à data da respetiva atribuição, qual seria a necessidade de produzir uma nova legislação para remediar um ilícito já estabelecido por lei anterior?

O Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética: — Sr.^a Deputada, não sendo eu também comentador do passado, concordo com algumas das coisas que disse, nomeadamente que para podermos ter a

ambição que tivermos, tiveram de ser tomadas, ao tempo, as decisões de fixação de tarifas necessárias para que a tecnologia se pudesse desenvolver, associando, na altura — questão que não se coloca agora — um projeto industrial de grande relevância centrado, sobretudo, mas não só, no distrito de Viana do Castelo.

Não tenho a mais pequena dúvida de quão importante é termos um preço de eletricidade justo, mais ainda quando a transição energética obriga a uma eletrificação do País.

Podemos dizer, porque é um facto, que do ano passado para este ano, para ser rigoroso, conseguimos reduzir o preço da eletricidade em 3,5% para todos os consumidores, o que significa também que, com o tempo, a incorporação das energias renováveis vai forçar essa mesma redução do preço de eletricidade. Isto já para não falar — parece-me evidente! — de que se reduzirmos, como está no Roteiro para a Neutralidade Carbónica, a importação que hoje fazemos de 70 milhões de barris de petróleo/ano para, salvo erro, 9 milhões de barris de petróleo/ano em 2050, resulta daqui um ganho enorme para a nossa balança comercial.

No que diz respeito às decisões tomadas sobre o duplo apoio e à forma como a sugestão da ERSE se refletiu nas próprias tarifas, não há novidade nenhuma. Isto é, aquilo que foi feito, à altura, com a informação que a ERSE tinha, é aquilo que não pode deixar de ser feito agora. A nossa questão é a de avaliar, na prática: se esses 140 milhões existem mesmo; e, porque estamos a falar de um processo já muito pretérito, se ainda estamos em tempo de, objetivamente, os podermos trazer para dentro do sistema e, dessa forma, continuar o abaixamento das tarifas também por via da incorporação desta receita.

Foi isso que solicitámos à Inspeção-Geral de Finanças e aguardamos que nos seja enviado o seu parecer para percebermos se, de facto, e repito o que já disse, esses 140 milhões de euros existem mesmo para os podermos

manter — e oxalá assim seja! — onde eles estão, que é a contribuir para a redução na tarifa da eletricidade.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Ministro, a ERSE tinha pleno conhecimento dos apoios públicos recebidos pelos centros eletroprodutores com *feed-in tariffs*. No entanto, nunca identificou apoios indevidamente pagos ou indevidamente recebidos. Pergunto: porquê?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Essa é uma questão a que a ERSE, que já cá esteve, saberá responder muito melhor do que eu. Tendo havido projetos que podem ter tido *feed-in tariffs* e, em simultâneo, um apoio de fundos comunitários ao desenvolvimento da sua atividade, a questão que temos de avaliar é se isso não foi há tanto tempo que já não estaremos em condições de poder exigir a devolução desse duplo apoio pago às renováveis.

De todas as medidas que foram tomadas para trás, só não temos a certeza relativamente a este *dossier*. Vamos aguardar que esse mesmo *dossier* se encerre, para já, com o resultado da Inspeção-Geral de Finanças, pelo qual aguardamos.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Ministro, mas a ERSE já levou isso ao tarifário.

Continuando, tem conhecimento da origem do valor de 140 milhões de euros de corte referido no texto preambular da Portaria n.º 268-B/2016?

Na ausência do despacho ministerial com o cálculo dos montantes concretos de corte a cada centro eletroprodutor, nas condições referidas, qual foi a base legal utilizada pela ERSE para proceder a este corte de euros nas tarifas do sistema elétrico nacional?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr.^a Deputada, não vou falar pela ERSE, não tenho de falar pela ERSE e até mal seria falar pela ERSE.

Há uma coisa que disse e que é absolutamente objetiva: a ERSE levou esses 140 milhões de euros à tarifa. Isso é um facto, da mesma forma como levou, também, a transferência superior a 160 milhões de euros que foi feita pelo fundo ambiental, no ano passado, e todas estas parcelas permitiram compor uma redução do preço da eletricidade em 3,5%.

Não há aqui informação nova para que a ERSE, em momento algum, possa dar o dito por não dito. Aguardamos o parecer da Inspeção-Geral de Finanças e então aí estaremos em condições de descobrir se há ou não há nova informação.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Não respondeu relativamente à ausência do despacho ministerial.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Nem irei responder. Não sinto que esteja em falta despacho algum.

A seu tempo essa questão será avaliada.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Questionado sobre esta matéria, o Dr. Seguro Sanches, anterior Secretário de Estado da Energia, respondeu que estaria à espera do estudo da IGF, e o Sr. Ministro também já o referiu na sua apresentação inicial sobre o mesmo assunto.

Entretanto, julgo ser do conhecimento público que o estudo já foi entregue à Secretaria de Estado, com um resultado de cálculo na ordem dos 309 milhões de euros, ou seja, mais do dobro dos 140 milhões de euros cortados pela ERSE no sistema elétrico nacional. O que está a faltar para que seja publicado o despacho de habilitação?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr.^a Deputada, vou voltar a responder aquilo que já respondi: solicitámos um estudo à IGF e ainda não o recebemos.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Ministro, num documento emitido pela ERSE, intitulado *Comentários aos pareceres do Conselho Tarifário*, relativo a propostas de tarifas e a preços para 2019, refere-se a existência de uma comunicação do Sr. Secretário de Estado da Energia à ERSE sobre um estudo da IGF, com a conclusão de que os montantes indevidamente recebidos pelos centros eletroprodutores se cifram nos tais 309 milhões de euros.

De acordo com as declarações aqui prestadas pelo Dr. Manuel Caldeira Cabral e pelo Dr. Jorge Seguro Sanches, o referido estudo da IGF só foi comunicado à Secretaria de Estado durante o seu mandato.

Tal conjugação de factos levanta-nos as seguintes dúvidas: terá sido o Secretário de Estado da Energia a comunicar à ERSE o resultado do dito estudo? Que forma assumiu essa comunicação? E que intenção presidiu à mesma comunicação?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr.^a Deputada, nada mais tenho a acrescentar às respostas que já dei.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Muito bem, Sr. Ministro.

O que devemos então concluir? São estes 140, ou estes 309 milhões de euros, ou são zero euros, por impossibilidade de os cobrar, efetivamente, junto dos centros eletroprodutores, o valor de que estamos a falar? Quais são as medidas que pretende implementar para a recuperação destes 140 milhões de euros junto dos produtores de eletricidade?

Enquanto ministro já nos pode dizer quais são as medidas?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr.^a Deputada, há uma coisa que sei: continuaremos a tudo fazer, e muitas coisas têm sido feitas, no sentido de reduzir o défice tarifário, pela forma como ele também pesa naquilo que é o preço da eletricidade que todos os portugueses pagam.

Temos um bom *track record*, ou seja, ao contrário da previsão do anterior Governo, por exemplo, em que, como sabe, a eletricidade teria de crescer entre 1% e 2% acima da inflação, ao longo do tempo, ela já reduziu o seu valor no ano de 2018 e reduziu um valor ainda mais expressivo no ano 2019. Essa é que é a nossa grande preocupação e, certamente, continuaremos a tudo fazer — e poderemos demonstrá-lo por aquilo que fizemos num passado recente — para que se reduza esse mesmo défice tarifário.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Ministro, a não recuperação deste montante determina uma imparidade de 140 milhões de euros no sistema tarifário. Que consequências tem esta imparidade?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr.^a Deputada, com todo o respeito, não pretendo que nem eu nem ninguém morra de véspera! Portanto, aguardemos serenamente o que diz a Inspeção-Geral de Finanças.

Poderemos, ou não, recorrer aos serviços da Procuradoria-Geral da República caso tenhamos alguma dúvida.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Ministro, espero que não esteja a levar a mal esta minha insistência na obtenção de respostas, mas, como deverá compreender, esta não é uma comissão normal. Não estamos numa

audição regimental, estamos aqui para esclarecer e é nesse sentido que estou a insistir, para obter respostas por parte do Sr. Ministro.

Se calhar não vou obter qualquer resposta, mas ainda assim pergunto: a quem devemos responsabilizar por esta imparidade e de que forma se deverá materializar essa responsabilidade?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr.^a Deputada, começo por dizer que não levo rigorosamente nada a mal a insistência, se assim me permite dizer, ou, pelo menos, a repetição da pergunta. Percebo-o perfeitamente.

Neste momento não há nenhuma novidade que seja do nosso conhecimento. Quando chegar o documento da parte da Inspeção-Geral de Finanças, logo veremos se as coisas são como são. Até ver, repito, não há nenhuma novidade para que possamos discutir a existência, ou não, dessa mesma imparidade. Isso será avaliado posteriormente.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Ministro, passando à produção de renovável sem tarifas garantidas, em 2012, foi criada a possibilidade de existir produção de energia renovável sem tarifas *feed-in*, isto é, em regime de mercado, através do Decreto-Lei n.º 215-B/2012.

Até essa data não havia enquadramento para licenciar potência renovável PRE sem apoios do Estado. Esta medida foi uma alteração estruturante, muito importante para o desenvolvimento do setor.

No referido Decreto-Lei são definidas as condições prévias à atribuição de cada licença. Ora, as condições prévias — e com isto termino, Sr. Presidente — parecem mais do que suficientes para inviabilizar qualquer tentativa de obter licenças especulativas, na medida em que há uma caução e há um prazo de três anos que não poderá ser ultrapassado.

Durante este Governo foram licenciadas, ao abrigo do Decreto- Lei n.º 215-B/2012, mais de 1000 MW em centrais fotovoltaicas sem quaisquer subsídios. Quatro anos volvidos, só entraram em funcionamento durante este Governo dois parques de energia solar, que representam 49 MW e que ainda foram licenciados pelo Governo anterior.

Está de acordo com a existência destas irregularidades?

A existência de irregularidades depois de uma ação de fiscalização seria de gravidade acrescida, uma vez que teria falhado não só o mecanismo de atribuição das licenças como, também, o da própria fiscalização.

O Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética: — Sr.^a Deputada, como referi na minha intervenção inicial, distingo aqui três tempos.

Um primeiro tempo, em que foi necessário apoiar a possibilidade do desenvolvimento de novas tecnologias.

Um segundo tempo, que é este que caracteriza bem, pós-2012, com a possibilidade de se desenvolverem projetos a preços ou valores de mercado que, como também disse na minha intervenção, em termos de quantidade de megawatts gerados, resultaram em muito pouco. Independentemente de esses processos terem de ser acompanhados de perto — e estão a sê-lo! — e independentemente das garantias que o próprio Estado tem na sua mão, não é mesmo disso que andamos à procura.

Ficando o Estado ou não com essas garantias, e em muitos casos isso acontecerá certamente, do ponto de vista de produção de energia a partir de fontes renováveis ficamos rigorosamente na mesma. Por isso é que acho que não poderemos deixar de avaliar, com preocupação, o tempo em que as licenças eram atribuídas apenas a preço de mercado. E fazemo-lo com a particular serenidade de quem percebe e reconhece que, hoje, a produção de energia a partir de fontes renováveis — e no caso da energia solar isso é

muito evidente — tem um preço que é claramente abaixo, pouco mais de metade, do preço de mercado.

Por isso é que sentimos, e assim faremos, que é fundamental fixar tarifas — não são subsídios nenhuns! — por leilão, num processo concorrencial, que darão um valor de produção de megawatt ou de megawatt/hora muito inferior ao preço de mercado. Com isso, conseguiremos, de facto, duas conquistas: em primeiro lugar, aumentar a produção de energia renovável em Portugal, que todos prosseguimos; e, em segundo lugar, ter um preço de produção muito abaixo do custo e, com isso, gerar um sobre ganho para os consumidores.

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora prosseguir com as perguntas do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, permitam-me cumprimentar, em nome do Grupo Parlamentar do PS, o Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética e dizer que esta audição encerra, para já, o ciclo de audições marcadas, mais de 50 no total, como já foi referido, e, certamente, mais de 200 horas de audições.

O Sr. Ministro encerra este ciclo, como faz todo o sentido, pelo que vou fazer-lhe perguntas sobre o presente e, essencialmente sobre a estratégia de futuro, aproveitando, todavia, para fazer um breve balanço dos últimos meses.

A entrada no Mercado Ibérico de Eletricidade levou, em 2004, à adoção da legislação dos CMEC, onde o, hoje denominado, domínio hídrico já estava considerado. É óbvio que alguns centram o debate em pequenas questões laterias, mas essa legislação foi a mãe de todas estas questões. Além

do mais, como já foi demonstrado nesta Comissão, a mesma foi aprovada sem o conhecimento total dos pareceres existentes na altura.

Obviamente que a privatização da EDP e da REN tiveram influência em muitas das decisões tomadas, antes e depois das mesmas, mesmo que a privatização estivesse fora do objeto da Comissão, e todas as decisões devem ser olhadas com base no momento em que foram tomadas, e não nos dias de hoje.

Como o Sr. Ministro, assim como outras pessoas, partilhou comigo o gosto pelo futebol, faço esta analogia: é a mesma coisa que acertar o *Totobola* ou o *Placard* no fim do jogo.

Sabemos igualmente bem que algumas das questões aqui colocadas foram colocadas por inimigos das energias renováveis. Que seja claro: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não acredita que renováveis seja um sinónimo de rendas. Além disso, temos muito orgulho no caminho traçado ao longo dos anos que nos coloca como um exemplo internacional e o terceiro a nível europeu do ponto de vista elétrico.

Por isso, sublinhamos também o papel que este Governo está a fazer na transição energética.

Portugal assumiu, e bem, os objetivos de neutralidade carbónica, que obrigam a rever e colocar metas ambiciosas.

Primeira pergunta: como pretende que Portugal possa chegar aos objetivos dos 80% de renováveis em eletricidade, em 2030, quando estamos, neste momento, na casa dos 50 e poucos por cento?

O Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética: — Sr. Deputado, de facto, partilho consigo o gosto pelo futebol, mas quero dizer-lhe que só vejo mesmo os jogos, sei que até há Deputados, um deles nesta comissão de inquérito,...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Aqui há dois!

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — ... que é comentador desportivo, mas eu nem sei de que clube é que ele é... Presumo que nem seja do meu, mas nem sei de qual é que é...

O Sr. **Presidente**: — Basta ver a cor da gravata...!

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — É uma boa pista, basta olhar para a gravata! Mas não sabia; foi a olhar para a gravata que cheguei lá! Bom, podia haver outra razão, por exemplo, um compromisso ambientalista, ainda que de nova geração por parte do Deputado Hélder Amaral...

De facto, só gosto de ver os jogos e nunca vejo os comentários nem os comentadores, porque acho que eles acrescentam pouco ao meu saber sobre futebol, embora, obviamente, deva ser por isso que há muitas coisas do mesmo que eu não entendo.

Nós temos, de facto, uma posição de partida invejável, ou seja, entre 54% e 57% da eletricidade que consumimos já provém de fontes renováveis. Aliás, no mês de março do ano passado, quase há um ano, a totalidade da eletricidade produzida em Portugal foi superior à consumida apenas a partir de fontes renováveis.

Por isso, esta é, de facto, uma área em que estamos confortáveis para sermos ambiciosos e é fundamental sermos ambiciosos, porque estar na linha da frente vai permitir-nos não só cumprir, obviamente e não é pouco, um compromisso internacional, mas, sobretudo, cumprir um compromisso connosco próprios de gerar emprego, de gerar riqueza e de gerar bem-estar a partir de um setor da economia que – e as contas estão feitas no Roteiro para a Neutralidade Carbónica – terá de provocar investimentos na ordem

dos 2000 milhões de euros/ano, sendo que este investimento é, essencialmente ou, quase, na totalidade, das empresas e das famílias.

As nossas metas para 2030, que constam do PNEC, são, de facto, das mais ambiciosas à escala europeia. Nós queremos reduzir as nossas emissões entre 45% e 55%, ou seja, um valor que até ultrapassa o das exigências dos jovens estudantes da sexta feita passada, com os quais tive o gosto de reunir, e que queriam muito 50% e nós dizemos que eram 55% e eles continuavam a dizer que queriam 50%, mas enfim, pode ser mais do que isso e não creio que seja por isso que nos distanciar, onde a incorporação das renováveis no total do consumo de energia será de 47% cabendo à eletricidade 80%.

Nós temos, então, um Roteiro, que ainda mais nenhum País tem, desde agora até 2050, para o qual todos os setores terão de contribuir e onde, para sermos neutros em carbono, setores como o setor eletroprodutor e o da mobilidade têm de reduzir as suas emissões em 90%. Cito mais ou menos de cor: a indústria na ordem dos 70% e a agricultura na ordem dos 20%.

Mas nestas três décadas a década que ficámos como ambiciosa é exatamente a primeira, isto é, a década de 20/30 e estes valores que referi são para 2030.

Quero, ainda, dizer-lhe que, desde 2005, em Portugal, estamos a reduzir emissões. Obviamente que isto não é linear, num ano mais seco é difícil que isso aconteça, pelo menos, que aconteça com a mesma facilidade – aliás, também é essa a razão pela qual temos de apostar tanto no solar para termos uma compensação evidente no que respeita à produção de energia renovável, mas usando a fonte hídrica – mas, como disse, a expectativa que temos é muito positiva, ambiciosa, importante para a nossa balança comercial e nos três cenários que avaliámos no contexto da neutralidade carbónica – e, porque, obviamente, não se fazem hoje projetos a 30 anos, estruturam-se três histórias com base em informação relevante – aquele que melhor nos garante, ou que nos garante com mais certeza o atingir a

neutralidade carbónica, é o cenário em que a economia mais cresce e em que a população também mais cresce ou, para ser mais rigoroso, não decresce.

Por isso, esta é também uma expectativa muito grande de, ao mesmo tempo que vamos ser neutros em carbono em 2050, ser este o mais adequado dos projetos para o desenvolvimento económico do País.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Ministro, no contexto dos objetivos do País apresenta-se também o encerramento das centrais a carvão, altamente poluidoras.

Gostaria de lhe perguntar sobre esses objetivos e o que é que isso pode contribuir para a redução da emissão de CO₂ e de gases com efeito de estufa.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, está escrito no PNEC e também no acordo internacional que fizemos que as centrais a carvão, que são duas, não poderão estar a funcionar em Portugal no ano 2030.

Quando é que, de facto, vamos conseguir encerrá-las? Direi que o mais cedo possível com a certeza de que, para o podermos fazer, o investimento nas renováveis tem de ser, obviamente, de grande dimensão e de grande expressão, bem como a entrada no sistema, dado o desenvolvimento tecnológico e a sua banalização por razões de custo, de outras formas de armazenar energia.

Essas formas de armazenar energia vão levar à possibilidade de, mais à frente – isso está previsto no PNEC para 2020 e 2021 –, haver outros leilões que complementem aqueles de que já falei de centrais despacháveis, isto é, de centrais de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis que tenham capacidade de armazenamento.

Sabemos bem que se, hoje, encerrássemos essas centrais a carvão, particularmente no sul do País, se pensarmos em Sines, íamos ter um

problema de fragilidade de abastecimento muito grande e, como é evidente, quando falamos em 2029 é o último ano possível onde, com igual segurança de abastecimento a que temos hoje, podemos tê-la sem estas centrais a funcionar. Se o mercado responde bem, e acreditamos que sim, temos todas as indicações, há a promoção de novos projetos e iremos, com certeza, antecipar essa mesma data.

Gostaria, ainda, de dizer que, obviamente, estamos preocupados – e não são muitos mas por poucos que sejam preocupam-nos bastante – com os empregos diretamente ligados a estas mesmas centrais e, por isso, é importante fazer um Roteiro para que a transição seja o mais justa possível e para que consigamos, com o tempo, assegurar uma alternativa profissional às centenas de pessoas que trabalham nas duas centrais a carvão deste País.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Ainda no contexto do PNEC, que pretende atingir ao nível das renováveis um objetivo global de 47%, em 2030, e de 31% em 2020 – e lembro que a meta europeia para 2030 é de 32%, isto para percebermos, claramente, que Portugal tem um objetivo e bem ambicioso – queria questioná-lo sobre se será necessário duplicar ou não a capacidade de produção de energia renovável, apostar na mobilidade elétrica, porque uma das questões cruciais que têm a ver com os transportes estarem muito pouco utilizados a nível da renovável, e se o nosso sistema elétrico também está capaz dessa aposta na mobilidade elétrica.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, a eletrificação da mobilidade é, de facto, em todos os clientes de quem hoje vende energia elétrica, o setor que mais vai crescer.

Orgulhamo-nos de ser o terceiro ou o quarto País da Europa onde uma maior percentagem de veículos elétricos é vendida – e no início do ano começamos com 5% desses mesmos veículos – e isso é, obviamente, muito

importante para a descarbonização e muito importante também para um outro olhar sobre a mobilidade em Portugal.

Por isso, temos mantido os apoios a estes modos de transporte e não temos a mais pequena dúvida que, com o acelerar da eletrificação da mobilidade, há aqui uma questão que se coloca e que é aquela que referiu, e muito bem, que é a da própria pressão relativamente às redes de baixa tensão.

Se dividirmos as redes entre redes de alta, muito alta tensão, média tensão e baixa tensão não tenho a mais pequena dúvida de que onde elas podem dar um salto maior, do ponto de vista qualitativo, é na baixa tensão. Com certeza que todas elas melhorarão a sua *performance* ao longo do tempo, mas, se me permitem, as de alta tensão vai ser uma conversa de uma dúzia de engenheiros para que no transporte de eletricidade em grande distância ela se não perca; no que respeita às redes de baixa tensão é aqui que as redes inteligentes têm mesmo de se afirmar.

E refiro-me a redes inteligentes que sejam bidirecionais, redes inteligentes que tenham a capacidade de poder distribuir na rede toda a produção que, muitas das vezes, é em baixa tensão que resulta da microgeração feita nas casas de cada um de vós – e ia dizer de cada um de nós, mas acho que fica melhor dizer de cada um de vós... – onde a introdução de contadores inteligentes vai permitir um papel muito mais ativo dos consumidores na perceção daquilo que é a energia que consomem e, sobretudo, da que poupam ou que podem poupar e onde, obviamente, a mobilidade elétrica também pode ser uma exigência de quem são os donos dessas mesmas redes que são os municípios.

Sim, a rede vai, naturalmente, robustecer-se, estamos longíssimo de haver uma qualquer rutura caso haja uma intensidade maior nos tempos mais próximos, mas não tenho a mais pequena dúvida de que no contexto da maior inteligência, entre aspas, destas redes de baixa tensão elas terão de ter também um reforço da sua própria capacidade para poder alimentar a procura

que, esperamos, seja de 1/3 da mobilidade terrestre de passageiros em 2030 com mobilidade elétrica.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Ministro, aproveitaria, já que introduziu o tema da baixa tensão, para questionar-lhe como está o processo das concessões de baixa tensão, que é crucial para a sustentabilidade do sistema elétrico nacional.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, estamos a trabalhar afincadamente neste processo. A lei atribui ao Governo um papel estranho, que é o de fazer os cadernos de encargos e, portanto, aquilo que posso dizer é que o Governo só está disponível a cumprir a sua obrigação de fazer esses mesmos cadernos de encargos no pressuposto de que com eles concorda.

O que é que queremos? Queremos ter a certeza de que existe uma *checklist* robusta de quais são as exigências que essa rede de baixa tensão deverá ter; que, no que respeita ao comum das autarquias, temos de saber criar especificações de acordo com as intenções dessas mesmas, nomeadamente uma que tem a ver com a iluminação pública, isto porque são muitas as autarquias que querem autonomizar a rede de iluminação pública, mas são também algumas as que dizem: «não o façam por favor, porque se autonomizarem essa rede de iluminação pública não temos quem pegue nelas, portanto deixem-nas associadas.»

Por isso, estamos, obviamente, a discutir várias coisas, mas o que nos preocupa, neste momento, é a robustez do caderno de encargos e, depois, existe a questão da geografia, isto é, da divisão ou não do País em mais do que uma zona.

Não temos a mais pequena dúvida das muitas virtudes que resultariam da existência de uma só zona, nomeadamente porque o «emalhamento» tem

de ser maior. Para podermos ter a certeza de que o País está preparado para uma maior procura de eletricidade em quanto menos vezes dividirmos o País mais é possível e com menos custos para os consumidores termos esta garantia de segurança.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Ministro, a nível legislativo, nos meses que esteve em funções com esta pasta, publicou a Portaria n.º 43/2019 sobre o sobre-equipamento, rentabilizando infraestruturas já existentes.

Queria perguntar-lhe se esta portaria permite ou não a baixa do custo em relação à renda existente, nomeadamente em relação aos acordos existentes no anterior Governo, e também se permitiu o desenvolvimento do próprio setor renovável.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, a resposta à primeira pergunta é, inequivocamente, sim! Sem sequer estar aqui a trazer para cima da mesa qual o valor das tarifas iniciais que têm esses contratos, como o Sr. Deputado sabe, a tarifa que estava fixada era de 60 €/MWh sujeito a um parecer da ERSE.

Ora, porque este valor, as mais das vezes, ainda está acima do valor de mercado, aquilo que a ERSE estava a fazer era a emitir pareceres negativos ao desenvolvimento destes projetos; ao fixarmos em 45 €/MWh valor inferior, porque foi fixado em 47,5 o valor do sobrecusto da produção da eletricidade em Portugal, nós temos aqui uma dupla garantia: a de que estamos a produzir eletricidade abaixo do preço de mercado; a de que, ao fixar esta tarifa, os promotores estão mesmo a desenvolver projetos e, já agora, e não é irrelevante, o facto de muitos desses promotores já tinham ações em tribunal contra o Estado e estão a desistir delas; e, obviamente, aquilo que nunca pode deixar de ser a nossa principal preocupação, que é o desenvolvimento de novos projetos, neste caso de sobre-equipamento, em

parques já existentes – e já expliquei isso – sem qualquer impacto ambiental em sítios onde já há ligações à rede, sendo o desenvolvimento de projetos fundamental para reforçar a nossa capacidade de produção de eletricidade a partir de renováveis.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Ministro, realmente 45 €/MWh é abaixo dos 47,5 que a ERSE colocava como um sobrecusto e abaixo dos 60 que ainda somávamos aos valores do Decreto-Lei n.º 35/2013 que já foi muito debatido nesta Comissão de Inquérito e que alguns já apelidaram de «negócio da China», bem abaixo, por isso, desses valores.

Este mecanismo também desburocratizou o acesso, ou não?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sim, Sr. Deputado, porque deixou de ser requerido um parecer à ERSE, portanto passou a ter um mecanismo de licenciamento quase automático e sem esse requisito.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Ministro, uma das questões que tem sido aqui muito debatida tem a ver com os custos para os consumidores. Na sua opinião, todas estas medidas para aposta nas renováveis têm levado, ou podem levar, à constituição de mais rendas, de mais custos para os consumidores ou parece-lhe que, pelo contrário, esta aposta nas renováveis pode diminuir o custo para os consumidores?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, respondo-lhe, sem qualquer dúvida, que estas medidas levarão a uma redução do preço para os consumidores pois temos condições de poder produzir energia a partir de recursos que são nossos, e não importados, a valores que são inferiores aos valores de mercado.

Sabemos que, sendo este um mercado marginalista, acaba por ser o último a chegar ao mercado quem fixa esse mesmo valor e o último a chegar hoje é o carvão, mas nem sempre, às vezes, é o gás, mas muitas vezes é o carvão. Existindo um crescer do que são as taxas de carbono, é inevitável que, no conjunto da Europa, não é só no mercado ibérico, o preço do mercado *spot* seja crescente.

Por isso, temos todas as condições de, fixando esses mesmos valores de produção de energia abaixo, francamente abaixo, do que é o preço de mercado, e com a certeza de que, mais ainda, com a sua massificação, vamos mesmo gerar um sobreganho para os consumidores que se refletirá na tarifa como já se refletiu na tarifa deste mesmo ano em que o preço baixou 3,5%.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Ministro, uma das questões que também já foi aqui colocada em relação à sua equipa governativa tem a ver com a questão dos leilões, ou seja, de a nova potência instalada renovável ser instalada a partir de leilões.

Queria perguntar-lhe se esta medida assegura impactos positivos para os consumidores e também uma efetiva concretização e transparência nos processos.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, como sabe, os leilões não são um desejo abstrato. Os leilões são a consequência, e pegando até nas perguntas, particularmente na última, do Sr. Deputado do Partido Social Democrata, de facto, de, a preço de mercado, não se ter desenvolvido o setor como havia a expectativa de se poder desenvolver.

Portanto, repito, não nascemos a sonhar com leilões, mas sentimos que, pelo preço de mercado, não estávamos a ir lá. É objetivo. Quase posso repetir os números que a Sr.^a Deputada deu e que são rigorosos. Não quer

dizer, obviamente, que não estejam processos em curso. Sim, estão processos em curso, mas dos 1 vírgula pouco gigawatts há 40 MW em funcionamento.

Em face disto, não podemos dizer: «Bom, pagaram a caução. Bom, a gente vai lá buscar a caução.» Ficamos na mesma. Ficamos com a caução, mas ficamos sem a energia por fontes renováveis que desejamos.

Por isso é que os leilões, repito, começam por ter uma componente de geografia, isto é, vão fixar os sítios onde já hoje capacidade de ligação à rede e onde o PDIRT, finalmente aprovado, vai mesmo, e em prazos que sabemos quais são, prover esses mesmos pontos de ligação à rede.

A partir daí, tudo será muito mais simples, porque ficamos a saber que, se a licença foi atribuída por leilão, existem todas as condições para que a obra comece.

Repito: os leilões são de dois modos, ou melhor, é um só leilão com dois lotes, para ser mais rigoroso. É um leilão em que se fixa, então, esta tarifa e a tarifa é aquela e não é outra e muito abaixo do preço de mercado. E porque sabemos que há muitos investidores que querem fazer projetos a preço de mercado aquilo que vamos pedir é que, dos 55 €, 60 €/MWh a que venham a vender a energia, haja uma parcela de 1€, 2€, 3€/MW que reverta, então, para o equilíbrio do sistema e a redução do défice tarifário.

Isto para garantir sempre, como disse também, um *tertium genus* fora dos leilões que é a possibilidade de quem estiver disponível para, ele próprio fazer, e obviamente não coincidindo com sítios onde haja leilões, o seu projeto e custear o acesso à rede o possa fazer sem restrições diferentes do que é o comum do licenciamento destes processos.

Queria dizer ainda que temos o maior respeito por aqueles que hoje estão a construir e aqueles que hoje têm licença, mas ainda não começaram a construir. Esses, se quiserem, voluntariamente poderão aderir àquele que é o preço que resulta do próprio leilão.

O leilão é feito para um novo lote, digamos assim, mas quando estamos a falar, e repito os números, de passar de 0,5 GW — hoje já serão mais do que isso — para a 8,1 a 9,9 GW em 2030, há verdadeiramente espaço para todos e há, sobretudo, o compromisso de o Governo tudo fazer para garantir estabilidade a esses mesmos investimentos e a sua concretização.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Ministro, questionaria também, ainda em relação a esses leilões, sobre a existência de especulação de licenças. Pergunto se estes leilões também permitem regras mais apertadas em relação a essa eventual especulação de licenças e se isso permite também um maior controlo das políticas públicas sobre os mesmos.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Esses leilões não vão permitir especulação por duas razões: porque a licença sendo atribuída à pessoa A ou à empresa A não é transmissível e porque o prazo para a sua qualificação será um prazo justo evidentemente e face àquilo que é o posterior licenciamento e a construção propriamente dita, mas não mais do que isso.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Ministro, quando o atual Governo tomou posse, o défice tarifário estava na casa dos 5000 milhões de euros estando atualmente na casa dos 3,2 mil milhões de euros. Qual é a expectativa da evolução, na sua opinião, deste défice tarifário, do seu abatimento e qual também será a estratégia a utilizar para a sua redução?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — É um facto que foi reduzido em 1800 milhões de euros o défice tarifário, da mesma forma que também foi fixada uma taxa mais reduzida, o que não quer dizer injusta, à taxa de remuneração desse mesmo valor.

Aquilo que sabemos do valor de remuneração da dívida, enfim, que corresponde a esse défice tarifário, e o que vamos continuar a fazer para já, para já, é o que já fizemos este ano, ou seja, que a receita da CESE seja aqui aplicada de forma a que este défice tarifário seja reduzido e que a concentração da maior percentagem possível de receita do Fundo Ambiental com igual objetivo. Fizemo-lo no ano passado com muito sucesso.

Com o tempo e com o fim de um conjunto de contratos que têm tarifas muito acima de mercado e com a entrada no sistema de formas de produzir abaixo dos preços de mercado que geram esse mesmo sobreganho que já referi, vai ser possível reduzir ainda mais e com um ritmo mais acelerado este défice tarifário.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Ministro, queria também referir que, além da redução do défice tarifário, foi possível também uma redução na tarifa com clara consequência sobre os consumidores, na tarifa regulada e também na tarifa de acesso às redes, o que, certamente, demonstra uma política a favor dos consumidores.

Queria fazer-lhe também uma pergunta sobre as interligações. As interligações com Espanha são uma realidade, com França existiu uma dificuldade em romper os Pirenéus. Qual é a importância das interligações também na questão dos preços e na questão da defesa dos consumidores e da sustentabilidade do sistema elétrico nacional?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, a questão das interligações é sobretudo importante na perspetiva da segurança de abastecimento. Isto porque, obviamente, quando deixarmos de ter grandes produtores unitários de energia elétrica, e são, em Portugal, exclusivamente as centrais a carvão e, bom, também as centrais de ciclo combinado a gás, as interligações são fundamentais não só para que não haja

desperdício de produção quando ultrapassamos na produção o que é o consumo, como para conseguir o inverso.

Essa segurança de abastecimento resulta, obviamente, de uma maior tecnologia na gestão das redes, resulta, como disse, do que vai ser o aparecimento paulatino mas tão acelerado quanto possível de outras formas de armazenamento de eletricidade e da existência de interligações, porque temos de ter consciência de que devemos diminuir ao mínimo as redundâncias do próprio sistema.

Sabemos que temos de as ter. Para termos segurança de abastecimento temos de ter essas redundâncias na produção, mas obviamente temos de as reduzir ao mínimo sob pena de estarmos involuntariamente a criar um custo que não desejamos.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Em 2017, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos emitiu um parecer sobre 510 milhões de euros de eventuais custos de passagem dos CAE para os CMEC. Depois de aferir várias questões, o atual Governo decidiu exigir a devolução dos 285 milhões de euros de rendas já pagas pela sobrecompensação no cálculo da disponibilidade das centrais que compravam em regimes de CMEC, tendo com vista também o parecer do conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.

Questiono-o sobre qual é o ponto de situação deste processo e se esta decisão foi tomada tendo como base quer o parecer da ERSE, quer o parecer da DGEG.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sim, a resposta é sim. Não há nada a acrescentar àquilo que foi visto.

Compulsámos esse mesmo processo e concordámos com as decisões dos nossos antecessores.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Ministro, faça-lhe uma última pergunta: faz sentido, nos dias de hoje, em plena transição energética e necessidade de inovação, a diabolização da produção de energia renovável que foi feita aqui nalguns momentos nesta Comissão de Inquérito?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Agradeço a sua pergunta, Sr. Deputado.

Vamos ver: acho que, e referi-o logo no início do meu discurso, houve um momento, no qual a Comissão de Inquérito falou muito disso, no início, mas mentiria se dissesse que a história começou aí. Vinha de trás e até do tempo do anterior Governo a ideia de que as energias renováveis tinham quase como consequência única a de gerar rendas e de, a partir daí, fazer com que a eletricidade aumentasse de preço.

Este é, de facto, um discurso errado e, sobretudo, de perna muito curta, ou melhor, tem de o ser. Isto porque temos mesmo de apostar nas fontes renováveis. E se temos mesmo de apostar nas fontes renováveis faremos mal se criarmos um ambiente que possa ser negativo, e porque tem de haver sempre aceitação popular de uma democracia das decisões, em torno da produção renovável.

Isto é muito do tempo em que assumimos diretamente esta pasta, a da Energia, que não é inocuamente designada como de Transição Energética, mas é preciso deixar absolutamente claro que, independentemente do que aconteceu há 10 anos, e que VV. Ex.^{as} estão a escrutinar, é fundamental continuarmos com estes investimentos. É bom para a economia, é fundamental para atingirmos as nossas metas de descarbonização e darmos um duplo contributo no mundo. Se o contributo em termos de toneladas de CO₂ terá uma relativa relevância, em termos de exemplo, tem mesmo grande relevância.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a Comissão Europeia deu a conhecer há dias, dia 7 de março, as conclusões que tirou do processo de investigação aprofundada à atribuição das 27 barragens portuguesas, sem concurso, à EDP em 2007. Concluiu que o regime pelo qual essas barragens foram atribuídas não respeita a legislação comunitária, nem a Diretiva n.º 206/123/CE que diz respeito ao regime dos concursos e ao direito da concorrência, nem as regras da contratação pública.

Em junho do ano passado, o Governo português recebeu de Bruxelas um conjunto de perguntas às quais deverá ter dado resposta. Não recebemos do Governo nem as perguntas, nem as respostas no âmbito da Comissão de Inquérito, o que, só por si, já se estranha, mas queria aproveitar esta oportunidade para lhe perguntar quem, no Governo, respondeu e o quê às perguntas de Bruxelas sobre a extensão do domínio hídrico.

20 Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, folgo muito em ouvir o Bloco citar regras de concorrência comunitária para sustentar uma pergunta.

Sr. Deputado Jorge Costa, quem respondeu foi o Governo através do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), como acontece sempre em matérias como esta, e uma coisa lhe garanto: o Governo faz aquilo que — assim imagino — qualquer outro Governo faria, que é defender a posição do Estado português.

Para nós é claro que a lei, ao tempo e agora, permitia mesmo a possibilidade de prorrogação do prazo, porque constava dessa mesma lei. Aquilo que a União Europeia vem agora dizer é que, na opinião dela — que,

obviamente, também é contestável e será contestada —, isto fere as regras de direito comunitário no domínio da concorrência.

Atenção que a União Europeia já escreveu também que, no que diz respeito à possibilidade de haver aqui uma ajuda de Estado, essa hipótese está completamente arredada de cima da mesa, portanto, essa era uma decisão até já prévia da parte da União Europeia.

Parece-me claro que as regras, quando aplicadas ao domínio público hídrico, devem ser diferentes. Devem ser diferentes do comum das regras de concorrência numa concessão. Estamos mesmo a falar de coisas diferentes.

Temos todo o respeito pela opinião da União Europeia, que, no limite, tomará uma decisão, mas obviamente contestamos e respondemos. O Ministério do Ambiente contribuiu, evidentemente, para essa resposta, resposta essa que, como não poderia deixar de ser, foi enviada pelo MNE.

Sabíamos que, no passado, um passado anterior a 1995, as concessões para a exploração dos aproveitamentos hidroelétricos tinham uma natureza global e mista, isto é, não havia — talvez não esteja a utilizar o termo jurídico mais rigoroso — uma licença para a produção de eletricidade e uma licença dominial.

Não era assim que acontecia até 1995. Em 1995, isto passou a ser assim e durante um bom par de anos, mais rigorosamente até 2008, houve apenas uma licença, que resultava dos CAE, para a produção de eletricidade e não havia um título de utilização. Esse título foi, então, outorgado em 2008 de acordo com a lei e tem, de facto, um conjunto de cuidados que nos parece muito relevante: em primeiro lugar, a garantia do estabelecimento da concessão é uno, ou seja, quando eles acabarem, não é só «haverá um concurso público», é «há condições para haver um concurso público», porque as infraestruturas hidráulicas, os terrenos, todos eles estão, de facto, num só pacote que não é cindível, portanto, há todas as condições para haver esse mesmo recurso público.

Em segundo lugar, garantir que as barragens são públicas e que reverterem gratuitamente para o Estado no final dos termos da concessão.

Acrescento, aliás, que, como é comum em qualquer contrato deste tipo, ao longo do tempo, nomeadamente depois de 2008, houve um conjunto de exigências que foram impostas a esses aproveitamentos hidroelétricos que não existiam no passado, nomeadamente garantias de caudais ecológicos, de segurança das próprias barragens, que corresponderam, obviamente, a um custo maior que decorre da atualização da lei do comum da preocupação dos cidadãos, que foi acrescentado enquanto conjunto de obrigações àquelas que existiam antes desses mesmos aproveitamentos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Ministro, a Lei da Água de 2005 previa que a atribuição de concessões do domínio hídrico fosse obrigatoriamente por concurso. Foi em 2007, com legislação especificamente produzida para o efeito, que foi dispensada desse concurso a atribuição da concessão da utilização do domínio hídrico.

O que se discute e o que a Comissão Europeia discute é, precisamente, a compatibilidade dessa legislação produzida em 2007, para acolher a extensão do domínio hídrico destas 27 barragens, com a legislação europeia.

Gostava que detalhasse um pouco mais o argumento que o Estado português expendeu, sem prejuízo de gostar de ouvir o seu compromisso de que vai entregar à Comissão de Inquérito a resposta formal que o Governo deu à Comissão Europeia. Não o tendo nós ainda, poderia descrever melhor o argumento do Estado português a favor da ideia de que foi cumprida a legislação europeia?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, como disse, e bem, a Lei da Água é de 2005, houve legislação

específica em 2007 e essas licenças ou concessões, ou títulos, para usar uma palavra mais neutra, foram atribuídos em 2008 de acordo com a lei.

Tendo havido esta ação junto da Comissão Europeia, é evidente que cabe ao Governo defender os interesses de Portugal e cabe ao Governo defender aquele que é mesmo o interesse nacional.

Quando o Sr. Deputado refere a obrigatoriedade do concurso para a concessão na Lei da Água, com o devido respeito, não é rigoroso, e explico porquê. Não é rigoroso porque é perfeitamente possível ter um título dominial até 75 anos e, já agora, um valor mais alargado do que aquele pelo qual em 2008 foram atribuídos esses mesmos títulos até 105 anos por proposta de um interessado.

Essa proposta do interessado, a partir do momento em que existe, tem de ser obviamente sujeita a um concurso delimitado caso haja outros interessados, mas atribui ao primeiro dos titulares, repito, atribui ao primeiro dos titulares sempre um direito de preferência. É óbvio que esse direito de preferência só se pode discutir em torno do valor que é pago, não há aqui outra coisa a poder ser discutida, porque não é propriamente um concurso. Ou melhor, não deixa de ser um concurso, mas tem de ser suficientemente fechado para que sejam claras quais são as obrigações. O que quero dizer é que a Lei da Água, desde o primeiro momento, imaginou, e bem, a possibilidade de não ter de haver um concurso público para a atribuição de uma concessão. Isto é claro e está na Lei da Água.

Repito, Sr. Deputado, que são várias as razões que, ao repeti-las aqui, parece que as tomo como minhas, no sentido de que a minha decisão assim seria. Aquilo que nos cabe, repito, é defender o interesse do Estado português, em que provámos o quê?! Provámos que, de acordo com a lei portuguesa, aqueles contratos, aqueles títulos, foram atribuídos. Ficou claro que não houve aqui nenhum auxílio de Estado nem a tal corresponde, que foi criado um conjunto de medidas compensatórias que naturalmente

acrescentadas àquilo que era um tempo de títulos já existente, teria naturalmente de o fazer prolongar no tempo.

Foi este o conjunto de argumentos que defendemos junto da União Europeia e que nunca deixaremos de defender até ao fim.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — A União Europeia não nos perguntou acerca da compatibilidade da extensão do domínio hídrico com a lei portuguesa, perguntou-nos acerca da compatibilidade com a lei europeia. Sobre isso, ainda não consegui ouvir do Sr. Ministro o argumento que defende essa compatibilidade.

Peço desculpa pela insistência, mas gostava mesmo de perceber isso, uma vez que ainda não recebemos na Comissão a resposta formal.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, não consigo dizer-lhe muito mais do que aquilo que disse.

É óbvio que os princípios da diretiva são princípios que, em nossa opinião, não se aplicam diretamente a um caso como este. Não estamos a falar de uma concessão portuária ou de uma concessão rodoviária. Estamos a falar da concessão de utilização de um espaço dominial e de, obviamente, aquilo que ele compreende, incluindo a própria água, num conjunto de barragens que já existiriam de trás, que não tinham tido esse mesmo título, que tinha sido atribuído porque a lei portuguesa entendeu, ao tempo, não vou dizer se bem ou se mal, ter um conjunto de regras para a atribuição de uma licença de produção de eletricidade e um outro para a ocupação dominial.

A lei era esta e foi assim que foi decidido, sendo que, em nossa opinião, a União Europeia não vai bem quando toma por uma qualquer concessão esta mesma concessão.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Vai entregar a resposta formal à Comissão de Inquérito?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, essa é a pergunta à qual me apetece sempre responder «sim».

A resposta não é só minha, é do conjunto do Governo. Aquilo que posso dizer-lhe é que tudo farei para que isso possa acontecer e não vejo nenhuma razão para que não aconteça, mas como nem sou signatário dessa resposta, devo ter apenas esta mesma reserva.

Isto dito, estou sinceramente convencido de que não há qualquer razão para que ela não seja entregue.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Então, ela deve ser pedida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Sobre o ambiente negativo a respeito das renováveis, a questão da necessidade de prosseguirmos o investimento em renováveis, enfim, não me vou perder nessa polémica, porque há uma diferença entre ter uma estratégia de transição para as renováveis e ter um regime de remunerações excessivas das renováveis, que, efetivamente, temos.

Somos partidários de uma transição acelerada e de um aumento da capacidade renovável no País. Não somos partidários de que se pratiquem remunerações excessivas em nenhum setor da economia, incluindo este.

Gostava de lembrar a resposta que foi dada aqui pelo Sr. Secretário de Estado João Galamba a respeito da extensão da tarifa garantida para os produtores eólicos, que foi assegurada pelo Governo anterior no Decreto-Lei n.º 35/2013. O Secretário de Estado explicitou que discorda dessa opção feita pelo Governo anterior e que se comprometeu com o estudo acerca da legalidade de uma eventual reversão desse regime, que, se tiver acolhimento legal, defenderia que fosse posto em prática.

Acompanha o Sr. Secretário de Estado nesta perspetiva, seja na discordância em relação ao Decreto-Lei n.º 35/2013, seja na necessidade de estudar a possibilidade da sua reversão?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Naturalmente, concordo com aquilo que o Secretário de Estado João Galamba aqui referiu.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Temos identificado o problema da necessidade da central de Sines. Não vou alongar-me acerca das circunstâncias que nos conduziram até aqui, porque, como se sabe, a central de Sines tinha o seu descomissionamento previsto para 2017 e a lei previa que, não aparecendo interessados, os Governos poderiam ter lançado concursos para a instalação de capacidade naquela região, que nos permitisse cumprir o prazo do descomissionamento da central de Sines.

Foi uma escolha chegarmos aqui como chegámos, mas a verdade é que temos na central de Sines uma central que produz a carvão, que é uma das maiores centrais a carvão da Península Ibérica. Se é verdade que também está muito bem equipada do ponto de vista ambiental, não deixa de ser uma central a carvão, sendo igualmente verdade que temos identificado pela ERSE um valor económico a favor da EDP de cerca de 1000 milhões de euros que não foram objeto de qualquer compensação no momento em que, do regime de CAE para o regime de CMEC, a EDP viu assegurada a possibilidade de produzir perpetuamente na central de Sines.

A minha pergunta é se o Governo, em face da situação agora criada e das necessidades de segurança de abastecimento do sistema, pondera ou admite a criação de uma forma de tributação que, neste caso, sendo Sines a única central a carvão a produzir em mercado, possa incidir especificamente sobre esta central de modo a que esta vantagem económica ilegitimamente

atribuída à EDP possa ser revertida, possa ser recuperada pelos consumidores e possa, nomeadamente, ser aplicada pelo sistema na dinamização da transição para as renováveis e para a eficiência energética.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, como referi, o não descomissionamento à data de hoje ou numa data próxima — «próxima» no sentido de dizer um ou dois anos — da central de Sines prende-se exclusivamente com o facto de não haver ainda segurança de abastecimento a partir de fontes renováveis que o permitam fazer.

Aquilo que o Governo tem em cima da mesa desde há dois anos com o apoio parlamentar — foi aprovado na Assembleia da República — e que me parece da maior importância é o fim da vantagem que existia de produzir eletricidade a partir do carvão por não ser pago ISP (imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos), porque a transição que queremos é uma transição justa e não queremos que haja grandes saltos dos preços da própria eletricidade. Fizemo-lo com, durante o ano passado, já ser pago 10% desse mesmo ISP e, ao longo deste ano, 25%.

É essa a transição que já está prevista na própria lei do Orçamento do Estado, que levará a que, não sei de cor, por cinco anos seja pago 100% desse mesmo ISP.

Essa é a forma de introduzir justiça aqui e verdadeira comparabilidade de custos de produção entre fontes fósseis e fontes renováveis.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Considera, portanto, que o ISP, tal como está definido no Orçamento do Estado para este ano, responde à recuperação do valor económico excessivo que a EDP obteve com esta extensão ilegítima?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Aquilo que digo, Sr. Deputado, é que ele não foi pensado para tal. É óbvio que não foi pensado para tal. Foi pensado para que... Se acham que há rendas excessivas associadas à produção de energia a partir de fontes renováveis que, existindo ou não, não têm mais de 20 anos, também não se esqueçam de que, no que diz respeito ao carvão, desde que há carvão e impostos, em Portugal, que existe essa mesma vantagem de produzir eletricidade a partir do carvão. Isso é que não fazia qualquer sentido, não faz qualquer sentido, e queremos acabar com isso. São os chamados «subsídios ambientalmente perversos», com os quais queremos acabar e que naturalmente, ao longo do tempo, em um ou dois anos, se estenderão ao comum dos combustíveis fósseis na produção de eletricidade.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Soubemos há pouco tempo que está em curso, também junto da Comissão Europeia, um processo por ajudas de Estado relativo à garantia de potência, à interruptibilidade, ao subsídio às novas barragens e aos CAE.

Temos apenas nota disso relativamente à interlocução que existiu em abril de 2018. Gostávamos de ter toda a documentação subsequente relativa a essa interlocução.

Mas a pergunta que lhe faço tem a ver com o seguinte: em relação, em particular, à interruptibilidade, a Comissão Europeia recomendou uma alteração do regime de interruptibilidade. O Secretário de Estado João Galamba já nos disse que essa alteração está a ser preparada. A pergunta que lhe faço é esta: quais são os patamares que o Governo considera necessários de disponibilidade em regime de interruptibilidade e para os quais pretenderá reduzir este regime, que está, como a Comissão Europeia diz, claramente sobredimensionado?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, na pergunta que me faz há algo a que honestamente não sei responder: é quando fala em patamares, naturalmente com a expectativa de que eu os quantificasse. Ora, a isso não tenho forma de responder, neste momento. Mas há uma coisa que sabemos: é que, de facto, os mecanismos de interruptibilidade não parecem estar de acordo com as regras de mercado. E a decisão que, aliás, me parece muito feliz dos nossos antecessores, Manuel Caldeira Cabral e Jorge Seguro Sanches, veio até a ser questionada por parte da União Europeia, no que diz respeito à decisão de 2017, o que lamentamos, porque nos parece da maior importância.

Agora, vamos obviamente proceder à reformulação num quadro de revisão geral do mercado de serviços de sistema, onde se enquadram componentes várias e onde obviamente a mais relevante de todas é a da criação, por exemplo, das comunidades de energia, o que nos parece da maior importância para avançarmos rapidamente no domínio da transição energética.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Confirma que a intenção do Governo é tornar definitiva a suspensão da garantia de potência, como nos disse o Secretário de Estado João Galamba?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, ainda bem que concluiu dessa forma. É que, assim sendo, essa é uma matéria acompanhada mais de perto por ele próprio do que por mim e, por isso, é óbvio que, não estando as regras de interruptibilidade em consonância com aquilo que é o direito comunitário, elas terão necessariamente de ser alteradas.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — O outro ponto focado pela Comissão Europeia é a questão do subsídio ao investimento em novas barragens. Esse subsídio não tem base em nenhuma lei, não tem base em nenhum contrato, não foi objeto de qualquer expectativa de formulação sequer legal.

O Sr. **Presidente**: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, peço alguma tolerância, pois concluo na primeira ronda.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado.

Então, não haverá segunda ronda para o Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Portanto, esse subsídio não tem base legal, isto é, não resulta de nenhuma lei, não resulta de nenhum contrato e nem sequer resulta de respeitar uma expectativa porque o próprio conceito de um subsídio ao investimento não constava de nenhum compromisso político, nem de nenhuma lei, no momento em que foram feitos os concursos para as novas barragens. Portanto, é um benefício que não estava previsto no momento do concurso e que é adicionado, após o concurso, como um rendimento extra, que, aliás, vem distorcer, como é evidente, o próprio caderno de encargos do concurso.

Gostava de perceber por que é que este subsídio não é eliminado. Nenhuma destas barragens depende desta ajuda de Estado para ser viável, é um adicional aos lucros das elétricas neste contexto. Portanto, gostava de perceber qual é o racional para a manutenção deste subsídio que não está nos planos do Governo retirar, segundo nos disse também o Secretário de Estado João Galamba.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, quando o Sr. Deputado diz que o subsídio está em vigor, deixe-me só precisar melhor aquilo que diz. Ele não se aplica a nenhuma nova barragem, não se aplica a nenhuma barragem que não tenha tido a licença de produção até ao final do ano de 2013.

Portanto, em relação a casos como alguns que vêm a ser discutidos nos jornais e que terão uma decisão até ao dia 18 de abril, a existência de uma garantia de potência está completamente arredada de cima da mesa, pelo que ele, hoje, já não está em vigor.

Sr. Deputado, vamos lá ver: nós temos mesmo de evoluir neste setor, temos de evoluir na capacidade produtiva e, por isso, não sentimos mesmo que tenhamos qualquer ganho em andar a rasgar contratos que vêm, alguns deles, desde 2007, 2008, 2009.

Portanto, em nossa opinião, não é por aí que vamos ter qualquer ganho de causa, para além de termos uma conflitualidade enorme relativamente à qual teremos sempre as maiores dúvidas sobre se, judicialmente, vamos ganhar ou não.

O Sr. **Jorge Costa (BE)**: — Registo a sua resposta, muito embora não haja qualquer rasgar de contratos ou rasgar de leis, porque simplesmente não há nenhuma lei nem nenhum contrato que sustente a atribuição deste subsídio; ele é uma iniciativa arbitrária do Estado em relação a estes produtores.

Finalmente, uma pergunta que tem a ver com o seguinte: nós temos tido uma dificuldade muito grande em ter uma resposta sequer, muito menos o acesso a documentos por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, no âmbito do funcionamento desta Comissão de Inquérito. E não é uma coisa nova. Há dois anos, o jornal *Público* fez uma reportagem sobre a extensão do domínio hídrico a favor da EDP e, para ter conhecimento do parecer que

o, então, INAG (Instituto Nacional da Água) deu ao projeto de Decreto-Lei n.º 226-A/2007, teve de recorrer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA). A Comissão deu acesso e o *Público* lá conseguiu escrever a reportagem com base nos documentos oficiais.

Sucede que nós não tivemos a mesma sorte. Também não recorremos à CADA, mas a verdade é que pedimos estes documentos e a APA não os enviou. Pedimos toda a documentação relacionada com a investigação aprofundada da Comissão Europeia sobre a extensão do domínio hídrico e a APA nem sequer respondeu.

Portanto, até ao dia de hoje, a APA não deu uma única resposta à Comissão Parlamentar de Inquérito, embora por sucessivas vezes interpelada.

Gostava de saber se o Sr. Ministro tinha conhecimento disto e se está disponível, uma vez que são serviços que estão sob a sua tutela, para nos dar alguma resposta, se a tiver, sobre esta matéria e, se a não tiver, se pode assumir o compromisso de interceder junto da APA, porque aquilo que está a ser feito é simplesmente ilegal.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, não tinha conhecimento disso. E divido as questões concretas que colocou em duas. Uma delas tem a ver com a resposta que foi dada à Comissão Europeia. Naturalmente que a APA participou nela, mas a APA não é dona dessa mesma resposta, pelo que aí percebo como normal o pudor, se assim posso chamar, da APA em dar essa resposta.

No que diz respeito a todos os documentos que referiu, não há qualquer razão — e obviamente o que diz é rigoroso — para que assim seja.

Por isso, comprometo-me em absoluto... A única pergunta que faço é se posso ter acesso à pergunta em concreto, à pergunta propriamente dita, que certamente estará nas atas desta Comissão. Que me seja feito chegar a

pergunta e todos os documentos que aí foram referenciados serão evidentemente entregues nesta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

É garantido que o seu gabinete receberá, ainda amanhã, o conjunto das perguntas que estão pendentes na APA. E não precisa de ir às atas da Comissão que eu próprio tomarei a providência de as enviar diretamente para o seu gabinete.

Vamos prosseguir com o CDS-PP, mas, antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Hélder Amaral, peço ao Sr. Deputado Bruno Dias, Vice-Presidente da Comissão, para me substituir durante alguns minutos.

Neste momento, assumiu a presidência o Vice-Presidente Bruno Dias.

O Sr. **Presidente**: — Agora que já estou a presidir, coloco à consideração dos Srs. Deputados e do Sr. Ministro, com a autorização do Sr. Deputado Hélder Amaral, se há vantagem em interrompermos a reunião durante alguns minutos.

Não havendo objeções, vamos interromper por alguns minutos.

Pausa.

Neste momento, reassumiu a presidência o Presidente, Emídio Guerreiro.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, retomar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética.

Sr. Ministro, sendo esta uma Comissão de Inquérito, ela tem um objeto muito definido, pelo que vou tentar que as minhas perguntas sejam sobre o objeto da Comissão de Inquérito, deixando tudo o resto, ligado à política geral energética, para outra comissão e para outro momento, em que teremos oportunidade para discutir todas estas matérias.

Não deixa de ser curioso — e já houve aqui afirmações utilizando o termo «rendas excessivas» ou «sobrecustos» — que esta Comissão, na última audição que faz hoje (quer dizer, não é bem a última audição porque poderá ainda haver uma outra potestativa, mas deveria terminar hoje, com a audição do atual Ministro), não tenha conseguido ouvir ninguém, do anterior Governo ou do atual Governo, que identificasse, de forma clara, nem mesmo aqueles que propuseram a criação da Comissão, uma renda excessiva, um elemento em concreto.

Não sei se o Sr. Ministro nos quer ajudar a identificar alguns setores. E havia vários, temos sempre muito por onde procurar, até porque elas foram basicamente enumeradas. Há quem diga que elas podem estar na remuneração dos terrenos, na titularização dos CMEC, na versão do Bloco de Esquerda na titularização da dívida tarifária, do défice tarifário, nas taxas de juro, etc. Enfim, tivemos teorias para tudo.

Embora pareça ser verdade que, se não são rendas, pelo menos são sobrecustos. Aliás, o Secretário de Estado João Galamba também dizia que não as encontra, embora tenha dito esta frase curiosa: «Se olharmos ao momento em que os processos e os modelos foram desenhados, até não há, o que há é *a posteriori*». E, aí, concordo com ele. Com contratos tão longos, processos em que o tempo nos traz tantas alterações provenientes das circunstâncias, é sempre possível, a todo o momento, num determinado

momento — e isso acontece nas renováveis, com a maturação da tecnologia — encontrar sobrecustos.

Por isso, gosto mais do termo «sobrecustos», porque acho que é possível encontrar hoje, avaliando hoje, querendo acertar no *Euromilhões* à segunda-feira, encontrar, num ou noutro aspeto, porventura, sobrecustos.

O Governo anterior fez isso mesmo: encontrou sobrecustos, negociou com o setor electroprodutor, podemos dizer que, por força e com a supervisão da troica, e é nesse contexto que surge o termo «rendas excessivas».

Portanto, conseguiu-se cortar, na versão do Governo anterior, cerca de 4000 milhões de euros, somando a CESE e *take or pay*. E com a exceção da CESE e do *take or pay*, tudo o resto foi feito em consenso, em colaboração com o setor. Foi o que nos disse Luís Amado, Eduardo Catroga, António Mexia, enfim, é o que nos diz a realidade.

Por isso, estranhei a sua afirmação — não sei se a percebi bem — de crisar o setor ou crisar os investidores. Se há Governo que, no discurso, diz que não quer mexer no processo legislativo, não quer mudar a lei, mas crispou o setor, esse é o Governo de que V. Ex.^a faz parte, porque não há nenhuma medida que não esteja em litígio, que não esteja a ser dirimida em tribunal.

Aliás, à pergunta sobre a dupla subsidiação, as respostas do Ministro, para mim, são curiosas, mas não são para levar a sério. O Ministro diz: «Logo se vê...». Ou seja, depois logo se vê se a IGF tem razão, se a DGEG tem razão, se o despacho foi bem feito... Logo se vê!... Ora, o «logo se vê», em Espanha, já custou algumas condenações do Estado. Espero que aqui haja mais certezas jurídicas. É que a ERSE não tem poder legislativo, quem tem é o Governo.

Por isso, queria fazer-lhe uma pergunta. Sobre o estudo da ERSE, onde estão identificadas algumas rendas ou alguns sobrecustos, temos: 125

milhões de euros, nas taxas de juro; 285 milhões de euros, nos testes à disponibilidade das centrais; 90 milhões de euros, no coeficiente de ajustamento do Valorágua e as licenças de CO₂, totalizando tudo isto 510 milhões de euros.

Já agora, a respeito do ajustamento do Valorágua o ex-Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches dizia: «nós acabamos com a brincadeira... As contas faziam-se num sítio no Porto e agora fazem-se... e a ERSE e a DGEG colaboram...». Mas a verdade é que todos os que passaram por aqui dizem que é quase impossível atingir esse valor, porque a ERSE não tem condições de descobrir esse tipo de valores.

O que quero perguntar-lhe é se identifica também nesses aspetos algum sobrecusto e qual é a segurança jurídica disso que aqui está. Isto porque o que o Dr. Mexia nos disse aqui e escreveu, e outros também o disseram, que isto não tem fundamento legal nem nenhum racional económico.

Se isto não é crisar, não é fazer cortes perfeitamente assentes em cortinas de fumo, então não sei o que é...! Se não consigo concretizar qual destes tem um elemento um instrumento legislativo, uma certeza jurídica para conseguir cortar, agradecia que me elucidasse.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, respondo-lhe naturalmente, como imagina, com a informação que tenho e depois de o Secretário de Estado da Energia aqui ter estado e certamente ter respondido também a estas questões que, de forma evidente, ele conhece com mais detalhe do que eu.

Quando eu disse, e repito, que havia, de facto, um ambiente duplamente crispado quando tomámos posse, já não sei exatamente a data, algures em outubro do ano passado, disse e mantenho. Duplamente crispado neste sentido: em primeiro lugar, se calhar «crispado» não é a palavra mais

rigorosa mas um fundo de desconfiança pelo comum dos cidadãos relativamente a uma das mais nobres apostas que Portugal fez que foi a aposta nas renováveis.

De facto, é muito negativo para Portugal que isso assim aconteça, é incorreto e é negativo e a existência factual de um ambiente crispado, aqui sim utilizo com propriedade certa a palavra «crispado», no que diz respeito à forma como os *players* do setor, que são quem tem de fazer os investimentos necessários e que são da maior importância para que se atinja o superior interesse público da descarbonização e através dela de um maior contributo para o setor electroprodutor.

Mas, repito: aquilo que, enquanto Ministro do Ambiente fiz – e não gosto de falar na primeira pessoa do singular, mas acho que é mais simples fazê-lo assim – foi, ao olhar para as coisas que vinham de trás, reconhecer justiça num conjunto de medidas que tinham sido tomadas pelos nossos antecessores imediatos, no que diz respeito aos CMEC e isso é uma absoluta evidência, no que diz respeito à redução da taxa de juro da dívida tarifária, essa é outra evidência, e, no que diz respeito ao duplo apoio pago às renováveis, não temos a mais pequena dúvida de como foi importante a questão ser sinalizada.

A segurança jurídica é a tal que nós estamos, como já referi, a avaliar e porque, obviamente, não temos essa segurança jurídica em absoluto estamos a fazê-lo com quem nos pode dar essa mesma garantia que é, para já, a Inspeção-Geral de Finanças e se, para tal for necessário, por fim, a Procuradoria-Geral da República.

Foi, de facto, esse ambiente que nós quisemos mudar e mudar com um discurso político diferente – aliás, também por alguma razão se fazem, de facto, mudanças do Governo ao longo do seu próprio tempo de percurso, porque é absolutamente fundamental que num País onde não existe nenhuma entidade pública que seja ela própria promotora de investimentos neste

domínio ter uma relação leal com todos quantos vão fazer esses investimentos que são da maior relevância para o País.

À sua pergunta direta sobre as novidades que aqui posso trazer no sentido de encontrar algumas rendas excessivas, não trago novidade alguma. Aliás, direi que «renda excessiva» é uma expressão que me é estranha enquanto expressão, reconhecendo que foi, ao longo deste tempo, encontrado um conjunto de condições contratuais, nomeadamente no que diz respeito aos aspetos inovatórios dos CMEC na sua transição a partir dos CAE, que, no nosso entender, não estão de acordo com aquilo que deveria ser a sua interpretação mais correta e, por isso, a decisão que foi tomada por este Governo, ainda que não por nós, mas que subscrevemos em absoluto, foi aquela que foi e que é pública.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Quer precisar que aspetos inovatórios são esses no que toca aos CMEC? É que nem a ERSE os identifica, nem a EDP os reconhece e parece que, na opinião do Secretário de Estado João Galamba, eles não existem.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, sem ir a um detalhe que talvez desejasse, direi que a questão da ausência dos testes de disponibilidade é um desses eventuais aspetos inovatórios – aliás, até a expressão «aspeto inovatório» é uma expressão estranha, porque eu quando oiço falar em aspeto inovatório, oiço falar num coisa que parece positiva; é que o aspeto inovatório tem uma conotação profundamente negativa. São os jargões próprios que se encontram nos momentos.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Pois, a doutrina diverge, veremos... Se eles estavam nos CAE, não sei como é que alegará aspetos

inovatórios, pois é algo que estava nos CAE na transição para os CMEC e isso obriga todos a partir de 2013, mas, enfim...

Usou aqui uma expressão curiosa — e eu gosto das suas expressões —, ao dizer que não se cumprem metas no papel. Eu, como sou particular amigo do Secretário de Estado Seguro Sanches, acho a crítica injusta. E por que é que eu digo isto? Porque ele, sim, tinha 1240 MW de potência fotovoltaica licenciada sem *feed-in tariffs*, só estavam 50 MW, e o tal setor que o Governo não quis crisar veio dizer que isso é pura ficção científica, e posso até citar quem o diz: Nuno Ribeiro da Silva, para dar a paternidade. A verdade é que o Sr. Ministro veio reverter essa política.

Primeira pergunta: foi por isso que não manteve Seguro Sanches na Secretaria de Estado, ou foi outra a razão para a mudança de política? Concorde com o novo modelo de leilões, com a explicação que deu e que o João Galamba deu parecem-me, também, mais racionais, mas não era essa a política do Governo; era outra.

Pergunto se isto é uma crítica, até porque o Sr. Ministro deu uma entrevista dizendo que o setor estava preocupado e, portanto, há aqui se não uma crítica, pelo menos um puxão de orelhas e uma correção do tiro, embora eu concorde com tudo o resto, com os objetivos e com o apoio.

Este modelo baseia-se muito no solar, pelo que lhe pergunto se concorda ou não com a opinião de que o Governo para além do solar fez a avaliação do que estava para trás, nomeadamente nas outras renováveis, uma vez que houve quem dissesse que havia também rendas excessivas na conjugação da aposta nas energias renováveis mantendo todos os apoios nos CMEC.

Portanto, gostava de perguntar-lhe se concorda, pois houve quem dissesse na Comissão que até houve excesso de boa vontade. Concorde com isso, ou Portugal fez bem e a única coisa que poderia, eventualmente, fazer melhor era não cobrar ao consumidor mas cobrar no Orçamento do Estado?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, muito obrigado, e digo isto com sinceridade por ter transformado numa pergunta uma afirmação que começou por fazer. Isto porque não há na nossa ação crítica alguma aos meus antecessores; há a constatação, os números não permitem outra interpretação, de que esta segunda fase em que se acreditou que, a partir apenas de preços de mercado, o setor das renováveis iria crescer e aquilo que aconteceu foi, e repito a expressão que utilizei na altura, que tínhamos um ótimo sistema para emitir licenças, mas tínhamos um sistema que não funcionou na sua concretização.

Com certeza que os 49 MW que estavam construídos quando essa entrevista foi dada, hoje já serão mais e dentro de três, quatro, seis meses, mais serão, agora, o ritmo a que temos de evoluir não é compaginável com esta forma de fazer.

Por isso, reunimos e conversámos com muitas empresas do setor e ficou absolutamente claro que com este modelo nós não íamos lá, por isso, usando então uma metáfora do futebol, foi preciso fazer duas ou três substituições, neste caso não necessariamente de pessoas, que, obviamente, é o menos relevante aqui, mas mudar a tática e foi essa tática que nós tivemos de mudar.

Por isso: ponto um, o respeito pelas licenças que estão emitidas; ponto dois, a certeza de que quem custear as ligações à rede o poderá fazer em qualquer momento; ponto três, teremos leilões que são de forma diversa, ou com lotes distintos, para encontrar aqui o maior número de interessados.

Repito, os *big players*, os maiores investidores aqui, não estão muito preocupados com a existência ou a inexistência de tarifas fixas; estão interessados em produzir a preço de mercado, porque sabem que vão fazer mais dinheiro se fizerem assim, porque também não têm grandes custos de

financiamento ou conseguem financiar os seus projetos independentemente desses mesmos custos. Por isso, foi aquilo que fizemos.

Na questão mais nominal e mais pessoal a amizade que tenho pelo Jorge Seguro Sanches, não vou dizer que a minha é maior ou menor, porque não sei qual é a de V. Ex.^a, leva-me a dizer que tenho a maior simpatia pessoal pelo Jorge e foi-me dada sempre a liberdade, por quem me convidou para ser ministro, para escolher a minha equipa e dentro dessa mesma liberdade eu escolhi a minha equipa com toda a naturalidade, não dispensei ninguém. Escolhi quem achei que deveria escolher.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Retribuindo a analogia futebolística as substituições fazem-se quando estamos a perder, por isso e que há aquela máxima de que equipa que ganha não se mexe. Portanto, presumo que estava a correr mal e foi preciso mudar a equipa, mas isso é normal.

O CDS centrou as suas perguntas muito na qualidade dos reguladores e na sua ação dizendo que um regulador incapaz, ineficaz, sai caro ao Estado e aos contribuintes.

A verdade é que perpassa que os reguladores, e foram muitas entidades que disseram, não foram diligentes e foram até coniventes, tal como também fizeram acusações à União Europeia; agora, pelos vistos, procura reavaliar um conjunto de processos, e que no Governo houve também pouca defesa do interesse público.

Queria perguntar-lhe: genericamente, o que é que acha do atual regulador? O atual regulador tem uma presidente que fez parte de um grupo de trabalho com o Partido Socialista e com o Bloco de Esquerda para as políticas energéticas e que esteve na origem de uma medida no Orçamento do Estado para 2018, que foi chumbada, que era a contribuição para todas as energias renováveis. Houve até presidentes de reguladores que disseram que

o Governo os afastou do Decreto-Lei n.º 240/2004. Por exemplo, no teste de disponibilidade às centrais o regulador queixa-se que não tinha condições de fazer os testes de disponibilidade.

Pergunto-lhe se faz sentido, à luz do que nos disse na sua intervenção inicial em resposta a algumas perguntas, que muito da política deste Governo se baseie em relatórios da ERSE, quando a própria ERSE tem uma presidente que participa e parece estar alinhada com a política do Governo?

Pergunto-lhe, na sua opinião, qual é a avaliação global que faz e se acha que esse regulador tem condições para continuar em funções.

O Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética: — Sr. Deputado, começando por responder ao finzinho da pergunta que colocou, não tenho a mais pequena dúvida de que o regulador tem todas as condições para continuar em funções e fazê-lo como está a fazer, sendo que também há questões que não vale a pena colocarmo-nos a nós próprios.

O estatuto dos reguladores é tão conhecido por mim como por VV. Ex.^{as}, é o que é e eu terei o maior gosto em trabalhar sempre com a equipa desse regulador, sabendo que este «trabalhar com» é uma forma de dizer, em virtude da tal independência que o regulador tem.

Se quer a minha opinião, a pessoa que disse já que sim, indicada por nós e confirmada por VV. Ex.^{as}, é, de facto, o Prof. Verdelho, alguém que nos dá todas as garantias, com total independência, de defender o interesse público e defender o interesse público numa perspetiva de um País que está em transição energética.

Isto é, aquilo que eu peço a um regulador é que nunca deixe de se preocupar, obviamente, com aquele que é o preço justo da energia que é pago, neste caso, a eletricidade, mas que tenha em conta, também, em todas as suas decisões, aquela que é a política e o compromisso do próprio País com a descarbonização.

É isso que eu espero, naturalmente, deste regulador e não tenho nenhuma razão para achar que ele não o faz de forma diligente, independente, sabedora, séria e serena.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Sr. Ministro e gostaria de pegar mesmo nesta questão das entidades reguladoras, da ERSE, de que o Sr. Ministro ainda agora estava a falar – e pego já por aí – numa questão que eu também tinha para colocar e que resulta da última audição, com o Secretário de Estado, João Galamba, na qual ficámos a saber que, no que diz respeito à ERSE, em concreto, o Secretário de Estado João Galamba não tem competências delegadas e elas ficaram com o Sr. Ministro, que não passou essa pasta para o Secretário de Estado.

Julgo que não é habitual o governante que tem a pasta da energia não ter o relacionamento com a entidade reguladora do setor e queria pedir-lhe que nos explicasse qual foi o motivo de não delegar essa competência para o Secretário de Estado.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — A resposta é muito simples: não o fiz, da mesma forma que não o fiz também na ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), Sr. Deputado.

Isto é, tenho delegadas quase todas as competências sobre o meu Secretário de Estado, tendo ficado formalmente com muito poucas. Aquelas com que, formalmente, fiquei passam pela Secretaria-Geral do meu Ministério e pelas duas entidades reguladoras, já tinha a ERSAR e mantive-a, com a ERSE.

Não me recordo de, em algum momento, ter tido uma reunião com a ERSE — e já tive várias — na qual o Secretário de Estado João Galamba não estivesse presente.

Portanto, sim, formalmente sou eu quem tem as relações com a ERSE, como as tenho, repito, com o outro regulador que de mim depende e que, embora seja menos mediático, é tão regulador como este. E a razão é essa e só essa.

Tenho uma forma de funcionar muito própria, com qualquer um dos meus secretários de estado. Eles são muito tolerantes comigo, tenho nas mãos deles todas as competências e, dessa forma, vou-me metendo também em todos os assuntos, sem ter essas competências diretamente.

Algumas delas, estas que referi, não as deleguei. Perdão, a inspeção-geral do território, por ser transversal, também está comigo — tinha-me esquecido dela —, mas são estas as únicas competências que tenho diretamente.

Repito: não há nenhuma intermediação minha na relação entre a Secretaria de Estado da Energia e a própria ERSE; há aqui uma formalidade que respeitamos e com a qual vivemos muito bem.

Já percebi é que é estranho para o comum da opinião pública haver um Ministro que também se diga da Energia. O comum das pessoas acha que isso é tarefa de um Secretário de Estado e esse Secretário de Estado parece que nem está integrado no Ministério. Sempre esteve, e este está também.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não tenho a certeza que seja exatamente essa a figura que o comum do cidadão imagina relativamente ao papel dos governantes em relação à energia, nem é isso que é o mais importante.

A questão é que nos recordamos de ter recebido, aqui, na Assembleia da República,— e porque o PCP insistiu—, para aí 15 anos depois, o famoso parecer da ERSE, relativamente ao Decreto-Lei n.º 240/2004.

Se hoje há uma interação entre o Governo e a ERSE, por exemplo, para preparar algum diploma legal ou alguma medida de política energética, da parte do Governo, como é que a interação se processa? Qual é o papel do seu gabinete, do gabinete do Secretário de Estado e dos serviços da ERSE nessa relação?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, tudo acontece de forma tão natural e tão normal que tenho até alguma dificuldade em explicar.

O gabinete do Sr. Secretário de Estado da Energia tem a relação mais aberta, mais normal e mais franca com a ERSE. Como também a tem, repito, com o IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), se precisar de alguma ação de inspeção e como também tem, como imagina, nas questões dos salários que são pagos daquele gabinete; o seu processamento, dependendo da Secretaria-Geral, depende de mim e não me meto nisso.

Portanto, eu tinha uma das entidades reguladoras e mantive a outra das entidades reguladoras. Esta é também uma forma, não lhe nego, que tem que ver, se quiser, com a minha formação e a necessidade imperiosa que tenho de acompanhar as coisas de perto, no seu sentido mais técnico, de estar dentro dos próprios assuntos e de, obviamente, assumir a responsabilidade que tenho e que me foi atribuída no meu *outpost* como Ministro.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Para manter essa naturalidade, como é que vai funcionar e como é que vai decorrer o processo legislativo, com vista — porque do ponto de vista regulamentar e legislativo, alguma coisa terá de ser feita relativamente aos leilões que o Secretário de Estado referiu e à preparação desses procedimentos? A direção vai ser assumida pela

Secretaria de Estado e pelo Secretário de Estado da Energia e, por intermédio do gabinete do Ministro, vai haver o trabalho de articulação com a ERSE?

Ou é mesmo só uma formalidade que, na prática, não vai ter repercussão quando se tratar de fazer essa articulação?

Só estou a fazer esta pergunta, porque o Secretário de Estado teve necessidade de nos explicar que a questão da ERSE não estava nas competências dele, claro.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, e disse muito bem o Sr. Secretário de Estado que não está nas competências dele.

A questão dos leilões está a ser naturalmente liderada, do ponto de vista técnico e político, pelo gabinete do Secretário de Estado. Essa foi uma decisão tomada a meias — já nem recordo quem propôs o quê a quem —, no início do nosso próprio mandato em conjunto. E naturalmente que todas as interações com a ERSE mais informais, em sede de um grupo de trabalho, que pode reunir-se — e que reúne muitas outras entidades —, são feitas diretamente, através do Secretário de Estado.

Quando há a ideia ou necessidade de um parecer mais formal, solicitado à ERSE, ele vai ao meu gabinete, para este ser despachado, enquanto tal.

Sr. Deputado, confesso que, com todo o respeito pelas suas perguntas, tenho alguma dificuldade em entendê-las, porque tudo se passa com tanta naturalidade que não tenho mesmo mais nada a acrescentar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então a interação vai ser direta e está a ser direta com quem trata da energia na Secretaria de Estado, que detém essa competência, é isso?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sim!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A resposta foi sim.

Mais importante ainda do que compreender as perguntas, desde que lhes responda, é compreendermos as respostas.

Faço, de certa forma, uma ligação com estes leilões, porque, precisamente pela experiência do passado nos traz lições que devemos aprender.

Devemos aprender com o que aconteceu, pois olhando quer para decreto-lei que referi — o Decreto-Lei n.º 240/2004 —, quer para as decisões tomadas pelo Sr. Ministro Manuel Pinho, inclusivamente — até para as decisões tomadas em relação às delegações de competências do Sr. Ministro Manuel Pinho, na altura —, quer para as competências assumidas pelo próprio, há, naturalmente, uma necessidade de fazer um balanço e uma análise sobre o que está em cima da mesa para as decisões futuras, face aos resultados das decisões ao longo destes anos.

Há pouco o Sr. Ministro respondia sobre as interligações e a importância destas, não só para a segurança do abastecimento, mas também para o aproveitamento e eficácia da gestão dos recursos, tendo em conta aquilo que seja produzido e não seja desperdiçado em termos de energia.

Se considerarmos os próximos 12 anos — já não vou até ao prazo limite da vigência das licenças em leilão, e não estou a falar apenas da questão dos leilões —, nomeadamente nas questões do sobre-equipamento, das tarifas garantidas, apontadas pelo Governo — que revertem, assim, a orientação e as decisões do Secretário de Estado anterior, Jorge Seguro Sanches —, e olhando para o que poderá, muito possivelmente, acontecer do ponto de vista tecnológico e do ponto de vista do sistema, na Península Ibérica — por exemplo, interligações, aquilo que possa surgir em tecnologia, do ponto de vista do armazenamento, *backup*, etc. —, o Sr. Ministro

considera que podemos correr o risco, quanto àquilo que hoje é apresentado como eventualmente razoável por parte dos investidores, para que possam avançar com os seus investimentos, de daqui por uma dúzia de anos, poder outro ministro vir dizer «não vamos cá rasgar contratos, embora estes preços sejam claramente um sobrecusto que não tem explicação», nessa data?

Não sei se, agora, foi possível entender a minha pergunta?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Foi, sim.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi? Muito obrigado.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, primeiro, e com todo o respeito, queria precisar só uma coisa: a tarifa não é garantida, é fixa. Isto porque, normalmente, associa-se uma tarifa garantida a um mínimo e depois, acima disso. Não é um mínimo e um máximo, é fixa, é aquela; é diferente de uma tarifa garantida. Repito: uma tarifa garantida é vender a mercado mas, quando bate num teto, paga-se a x . Não é isso. Portanto, a tarifa, repito, é fixa.

Sr. Deputado, temos, hoje, uma estimativa do que representa o sobrecusto. Nós acompanhamos a evolução do preço da energia, sabemos como é que vai evoluir a taxaço de carbono nos tempos mais próximos e, por isso, a energia que fixa o preço, no tal mercado marginalista, não vai descer nos próximos anos.

Sobretudo, é óbvio que a conta que estamos a fazer como a base — e base quer dizer o valor máximo —, não deixará de considerar as expectativas nos anos mais próximos, relativamente ao custo da própria tecnologia. Por isso é que isto não se faz com um estalar de dedos, implica uma conversa alargada com vários elementos com sensibilidades diferentes, e é isto que

estamos a construir em conjunto, para que o risco que assinalou — e muito bem, de facto —, não esteja em cima da mesa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então isso significa que os leilões que consideram têm em conta, na definição dos valores que estão a ser preparados, precisamente a entrada do cenário das interligações?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, o cenário das interligações é um cenário que é mais necessário do que perturbador. Isto é...

Antes de mais, de acordo com as novas regras comunitárias, já ninguém compra a energia de que não necessita nem ninguém é obrigado a ela. Isso é, de facto, já um avanço grande. É um avanço grande.

As interligações são, sobretudo, relevantes — e, obviamente, temos uma expectativa da sua evolução —, para permitir que haja uma muito maior segurança no sistema e que não se corra o risco absurdo de se produzir energia que não é consumida. Elas introduzem muito mais racionalidade no sistema, e são, por isso, muito mais uma necessidade do que propriamente uma perturbação naquilo que venha a ser a fixação do valor da tarifa fixa que resultar dos leilões.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Posso concluir, e posso presumir, que o valor apontado para os leilões é definido no pressuposto antes das interligações como cenário necessário, ou é-o incluindo a relação de mercado e os preços adequados num cenário de interligações a funcionar?

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, a expectativa que temos para as hiperligações é de chegar a 2030 com uma meta de 15% dessas mesmas interligações. E é este o valor que

contribuirá — mas digo-lhe que contribui de forma muito pequena — para a fórmula que há de fazer com que se fixe uma tarifa que, sendo base, é a máxima a partir da qual se faz um leilão que, basicamente, é o leilão tipo Docapesca, em que vai baixando esse mesmo valor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Ministro, julgo que está clara, para si, nas perguntas que lhe estou a fazer, a preocupação fundamental das alterações de circunstâncias depois dos contratos feitos. E as alterações de circunstâncias que podem, nomeadamente, ter que ver com a evolução da taxa de carbono, que o Sr. Ministro ainda agora acabou de referir.

Tivemos, já não sei há quanto tempo — o tempo desta Comissão de Inquérito também e torna relativo —, há muitas audições, o Eng.º Carlos Pimenta.

O Eng.º Carlos Pimenta esteve cá, há muitas audições, e foi uma das pessoas que nos explicou que, tendo em conta aquilo que estava equacionado, naquela altura, em relação ao futuro previsível, uma das coisas que, sem dúvida, iria acontecer, era uma determinada evolução da taxa de carbono, que não aconteceu.

Ouçó a sua explicação e noto alguma similitude, relativamente a esta questão das metas que apontamos e termos de cumprir, dos cenários que são mais do que certos e prováveis, e que irão acontecer.

Há uma similitude entre aquilo que agora está a ser dito pelo Governo e aquilo que era dito pelo governo há uma dúzia de anos.

Portanto, a questão que lhe coloco é se não estamos numa situação do tipo «das outras vezes não correu bem mas agora vai correr»? Isto embora os pressupostos não sejam muito diferentes.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Tive saudades de casa quando ouvi V. Ex.^a a utilizar a expressão «aqui há não sei

quantas audições atrás.» No Porto diz-se «aqui há atrasado», o que torna tudo muito mais simples. É uma expressão que me é muito cara.

Sr. Deputado, para ser mais rigoroso, não lhe quero chamar taxa de carbono mas o que está verdadeiramente na lei, ou seja, o valor dos leilões CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), e portanto da tonelada de CO₂, teve algumas oscilações num passado não muito distinto, ao contrário da expectativa que existia. Recordo-me, por exemplo, que ele andava à volta dos 10 euros/tonelada quando foi o Acordo de Paris e quando todos os especialistas disseram que ele ia aumentar, ele aumentou para 16, o que não foi propriamente aquilo a que se pode chamar um aumento.

É também verdade que ela tem vindo a crescer com alguma estrutura e solidez. Neste momento — e ainda só houve um leilão abaixo de 20 €/tCO₂ este ano, todos os outros andaram pelos 21 € —, o preço que estimamos para este ano é até inferior a 20 €, anda à volta dos 19 € e qualquer coisa.

E por que é por vezes o preço carbono oscilou negativamente com alguma expressão? Porque havia um excesso de licenças no mercado. Neste momento isso deixou de acontecer. As licenças que não são vendidas no final de cada ano são simplesmente retiradas. Assim, para o ano de 2018 Portugal tinha direito a 16 milhões de licenças e este ano, em 2019, só tem direito a 12 milhões de licenças. Ou seja, este valor das licenças está a reduzir-se exatamente para garantir que essa taxa de carbono — chamemos-lhe assim, ainda que sem um sentido completamente rigoroso — não venha a descer nos anos mais próximos. E isso, obviamente, é uma garantia muito segura.

O Sr. **Presidente**: — Assim termina a primeira ronda desta audição.

Para a segunda ronda estão inscritos o PSD, o PCP e o PS.

Sr. Ministro, agora as perguntas são todas de seguida. Sugiro que tome nota de todas, porque elas serão respondidas em conjunto, para o que dispõe de 15 minutos.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helga Correia.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, nesta segunda ronda gostaria de retomar o tema iniciado no final da minha primeira ronda.

Como disse, em 2012 foi criada a possibilidade de existir produção de energia renovável sem tarifas *feed-in*, ou seja, em regime de mercado. No Decreto-Lei n.º 215-B/2012 são definidas as condições prévias à atribuição de cada licença. Estas condições, incluem, entre outras: a verificação da capacidade económica do promotor; o pagamento de uma caução que reverte a favor do Estado caso o projeto não esteja terminado em três anos; a necessidade de estudos de impacte ambiental, quando aplicável; a necessidade de fazer prova da titularidade dos terrenos; a proibição de instalar unidades de produção em áreas protegidas e, ainda, a proibição de fracionamento de projetos para evitar a necessidade de estudos de impacte ambiental.

Quatro anos volvidos, só existem dois parques de energia solar que entraram em funcionamento durante este Governo, e que representam 49 MW.

Na audição do Dr. Seguro Sanches nesta Comissão, este afirmou que há especulação no licenciamento das centrais solares. Esta é uma afirmação que nos surpreende porque as condições prévias que acabei de referenciar para atribuição da respetiva licença inviabilizam qualquer tentativa de obtenção de licenças especulativas.

Sr. Ministro, o atual Secretário de Estado João Galamba confirmou-o ao jornal *Público* de 27 de novembro de 2018 e disse que «há suspeitas sobre a seriedade das intenções em torno de algumas das novas licenças atribuídas». O mesmo jornal refere que o Governo se propôs fiscalizar o universo de projetos licenciados para a produção de energias renováveis sem

subsídio, isto para verificar se todos os pressupostos estavam ou não a ser cumpridos e detetar eventuais situações de especulação com as licenças.

Já o *Jornal de Negócios* de 23 de janeiro de 2019, citando fonte do seu Gabinete, refere que 21 dos 38 projetos fiscalizados estão em condições de ficarem concluídos dentro dos prazos legais.

Sr. Ministro, quero colocar-lhe cinco perguntas.

Primeira: refere que 20 dos 38 fiscalizados estão em condições de ficarem concluídos. Mas quantos faltam ainda fiscalizar?

Segunda: observando o universo, sensivelmente metade dos projetos fiscalizados não cumpriram os pressupostos estabelecidos na fiscalização para a atribuição da licença. Sim ou não?

Terceira: são estes projetos irregulares que o Dr. Seguro Sanches considerou especulativos?

Quarta: foi este o motivo que conduziu à demissão do Diretor-Geral da Energia, Dr. Mário Guedes?

Quinta: tendo em conta este processo de fiscalização em curso, ou seja, não sabemos se está concluído, podemos afirmar que além de, aparentemente, ter falhado o mecanismo de licenças, falhou também a fiscalização que era devida?

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir com o Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Pinotes Batista.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a quem saúdo mais uma vez.

Serei breve nesta fase já adiantada da nossa reunião. Todos os grupos parlamentares já aqui tiveram oportunidade de fazer um certo balanço do que tem sido os nossos trabalhos e eu gostaria também, nesta que é a última ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por o interromper.

Perguntei ao PSD se queria dividir esta ronda em duas intervenções e o Sr. Coordenador do PSD acenou que sim com a cabeça. É por isso que estou a interromper o Sr. Deputado Pinotes Batista.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente e Sr. Deputado, se me permitem, o PSD tinha sinalizado que haveria uma intervenção de 2 minutos. Se o Sr. Presidente entender que, uma vez que sobrou 1 minuto e 50 segundos do nosso tempo, os podemos dividir...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a questão é outra.

Peço desculpa ao Sr. Deputado Pinotes Batista e ao Sr. Ministro e vamos retomar a pergunta do Sr. Deputado André Pinotes Batista.

Faça favor.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, já todos os grupos parlamentares tiveram oportunidade de fazer aqui um balanço, porque, ao fim e ao cabo, já foram 200 horas de audições a 53 personalidades, e esta é a última calendarizada.

Assim, quero deixar aqui uma palavra à ex-Presidente, Maria das Mercês Borges, ao Sr. Presidente, Emídio Guerreiro, à imprensa que nos tem acompanhado e também aos colegas, porque, apesar das diferentes visões e de alguns momentos tensos, mantivemos sempre a urbanidade e demos uma grande utilidade a esta Comissão, não só para apurar a verdade mas também para os decisores políticos de hoje e do porvir poderem também sustentar-se aqui.

Sr. Ministro, é interessante, e queria partilhá-lo consigo, que, ao longo desta fita do tempo de mais de uma década, testemunhámos as lutas e as litigâncias de interesses muito particulares e, nalguns casos, testemunhámos

que eles não se coadunavam propriamente com o interesse público, com o interesse das pessoas, com o interesse dos consumidores.

Mas hoje sabemos que vamos no caminho da redução do défice tarifário, sabemos que vamos no caminho da redução do preço que as famílias e as empresas pagam e, mais importante, sabemos que vamos no caminho de uma efetiva transição energética, que muito nos satisfaz, pelo caminho da solar e da eólica, como aqui já teve oportunidade de referir. E o Grupo Parlamentar do PS tem uma convicção enorme de que daqui a 10 anos não será necessário chamá-lo para esclarecer o que se passou porque sabemos que as medidas que estão a ser tomadas são, de facto, as que defendem o interesse público, ou seja, uma política sustentada, continuada.

O Sr. Ministrou frisou, e eu gostava de o questionar novamente sobre essa matéria, a importância da independência energética do nosso país, além da questão da transição e das questões relacionadas com as urgências climáticas.

É que, de facto, Sr. Ministro, tive a oportunidade de assistir à sua interação com aqueles jovens que aqui estiveram recentemente e quero dizer-lhe que é muito jovem da sua parte — se me permite o adjetivo — até as metas que coloca, que são até mais ambiciosas do que as dessas pessoas.

Também nos tranquiliza saber que Portugal é pioneiro, mas sabemos que ser pioneiro tem custos, tem custos na tecnologia, tem custos nas ineficiências, e é muito interessante para o Grupo Parlamentar do PS, no final de toda esta maratona, saber o caminho onde estamos e por onde estamos a ir.

Para finalizar, Sr. Ministro, diria que é bastante claro, sobretudo, que alguns dos erros que foram cometidos no passado, pelos seus antecessores, têm de ser entendidos à época, mas sabemos também que nem sempre o interesse público norteou as decisões que foram tomadas, e ficaria por aqui.

O Sr. **Presidente**: — Vamos prosseguir com o PCP, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, ao contrário do Sr. Deputado do PS, eu diria que talvez seja ainda demasiado cedo para termos a certeza que o Sr. Ministro não possa ser chamado por quem cá estiver daqui a 10 anos, numa qualquer comissão de inquérito.

E digo que é demasiado cedo para saber porque, para já, há decisões que ainda estão a ser tomadas e, por outro lado, porque — e não resisto a fazer aqui um paralelo — há um discurso, um argumentário que é repetido e que já ouvimos. Julgo que nesta sala ninguém me vai desmentir se eu disser que pelo menos uma parte — para não ir mais longe — daquilo que o Sr. Ministro tem estado a dizer ouvimo-lo ao Sr. ex-Ministro Manuel Pinho. Isto em relação ao pioneirismo, ao avançar do ponto de vista do exemplo dado aos outros países, até do ponto de vista das metas que o País assume e com que se compromete e que, depois, é preciso cumprir.

Até lhe devo dizer que, no início dos trabalhos desta Comissão, houve uma discussão muito interessante, mas uma discussão tão conceptual como a discussão sobre a própria ideia de rendas excessivas, que tinha a ver com aquela coisa de os próprios custos implícitos que são assumidos por quem decide ser — e esta expressão é fina — *earlier adopter*, enfim, como diria o povo, «a candeia que vai à frente».

Ora, nós, que queremos ser a «candeia que vai à frente», mas, neste caso já não uma candeia mas uma pilha de *led* com um painel solar fotovoltaico, queremos andar à frente e alumiar duas vezes, o que tem os seus custos. Mas o que é certo é que há uma repetição da mesma afirmação e não tenho a certeza de que, depois, não haja uma repetição do mesmo resultado, que será, daqui a 10 anos, haver alguém que diga — quem cá

estiver — que há sobrecustos ilegítimos ou, dito de outra forma, rendas excessivas, e alguém que venha cá explicar que não se pode rasgar contratos.

Eu fiz parte, como outros Deputados que aqui estão, de uma Comissão de Inquérito às PPP (parcerias público-privadas). Nessa Comissão de Inquérito havia uma ideia que prevalecia: a boa PPP é sempre a que vem aí. As outras não correram tão bem. A ideia era boa mas foi mal aplicada e aquela que aí vem é que vai ser boa.

Sr. Ministro, mais uma vez digo que já vimos este filme e, portanto, a preocupação que se coloca em relação a isso tem a ver com o preço que é assumido num investimento que se assume como indispensável e inadiável.

O problema aqui, Sr. Ministro, a verdadeira discussão, não é se queremos ou não as renováveis, como também não era se queríamos ou não o investimento em infraestruturas. Efetivamente, tem a ver com o modelo de negócio, com os interesses que vamos beneficiar.

Ao dizer-se que estamos a defender o interesse nacional, na prática, num processo em concreto, legitimando as decisões que beneficiaram grupos económicos, designadamente, naquele caso, a EDP, por exemplo em relação ao caso específico do domínio público e da sua concessão, por mais que se invoque o interesse nacional, também será preciso ver aquela ideia antiga de seguir o dinheiro e ver onde ele vai parar, verificando quem são efetivamente os beneficiários.

Gostava só de saber, com algumas perguntas muito específicas e objetivas, se tem conhecimento desta situação de estarmos a pagar na fatura da energia elétrica as pré-reformas da EDP Distribuição, pergunta que também colocámos ao Sr. Secretário de Estado. Não sei se podemos chamar a isto uma renda, sobrecusto ou outra coisa qualquer, mas pergunto se o Sr. Ministro sabe ou não disto e que medidas ou decisões considerou ou considera.

O mesmo pergunto relativamente às transações intragrupo das empresas reguladas. Só a EDP transferiu 63 milhões euros de custos, em 2016, para as tarifas da luz a pagar pelos consumidores como custos operacionais da EDP Distribuição e, desse total, a ERSE não aceitará 17 milhões a partir de 2018. Qual é a explicação que se pode dar para os 63 milhões que permanecem? Também sobre a questão da barragem do Baixo Sabor e o inquérito que correu, não sei qual é o ponto de situação. Não sei se o Sr. Ministro nos pode dar alguma informação sobre isso e sobre os processos de corrupção em relação à barragem do Baixo Sabor. Que perspetiva é que existe neste momento?

Sr. Presidente, termino. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Terminam, assim, as questões da segunda ronda.

Sr. Ministro, dispõe indicativamente de 15 minutos para responder a estas questões. Tem a palavra.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr.^a Deputada Helga Correia, não vou comentar o decreto-lei de 2012, mas há algo que sei: o resultado do decreto-lei de 2012 é aquele que a própria Sr.^a Deputada quantificou, ou seja, não resultou. Não resultou! Não vejo nenhuma razão para que, em 2012, não houvesse uma profunda convicção de que iria resultar, mas não resultou. Não tenho nada a contrariar, que era aquilo que o então Secretário de Estado Jorge Seguro Sanches e o agora Secretário de Estado João Galamba referiram sobre a especulação. Sim, as licenças estão a ser transacionadas e, agora, já não se põe uma placa a dizer «Vende-se», mas as licenças estão a ser transacionadas.

Conheço este processo de outras áreas, da área do ordenamento do território, em que havia sempre aquele hotel que ia criar, no mínimo, 300 postos de trabalho diretos e mais 300 postos de trabalhos indiretos, mas —

azar dos Távoras — ficava na reserva ecológica. Andavam-se anos e anos e anos para tirar aquele terreno da REN que, objetivamente, podia ser feito à esquerda, não havia problema nenhum, ou podia ser feito à direita e não havia problema nenhuma. Do ponto de vista biofísico, todos aqueles terrenos eram iguais, mas aquele era da REN e os outros não eram. Aquele é que era para comprar. Depois de 10 anos para trás e para a frente, o terreno lá saía da REN e a primeira coisa que o promotor fazia era pôr uma placa a dizer: «Vende-se». Por isso, confesso que conheço melhor esses processos, pela minha experiência profissional, do que estes mais recentes e nenhum deles me agrada, nem um nem o outro.

De facto, sem ter necessariamente de alterar as regras que vêm de 2012, há que perceber que tem de haver uma outra forma de fazer, porque — repito — se são promotores privados que vão fazer os investimentos e sobre isso não resta a mais pequena dúvida, há aqui um superior interesse público do País para que estes sejam feitos. Por isto, temos esta, se quiser, maior intervenção, não no sentido de limitar nada, mas de, por um lado, dar uma razoabilidade geográfica a tudo isto, pois não faz sentido andar a atribuir licenças que depois ficam penduradas por ausência de uma ligação à rede. Em segundo lugar, dar, então, um sentido de, nas licenças de leilão, não ser possível a sua transmissibilidade. Acho que isso é, de facto, a garantia de que não vai haver especulação, nem venda «a pataco». Elas ficam ali e não há essa mesma transmissibilidade. Por outro lado, ter prazos muito realistas para que as coisas sejam feitas e depressa.

Sr.^a Deputada, todas estas condições que foram impostas pelo decreto de 2012 foram certamente cumpridas, mas não quero ter nenhuma caução na mão, nem quero ter uma licença. Eu quero é que o parque esteja feito! Portanto, ir buscar os 17 milhões de euros de cauções que andam por aí não resolvem rigorosamente nenhum problema relativamente aos objetivos dos País.

Sr.^a Deputada, os 20 que estão bem são informação prestada pelos próprios promotores, isto é, numa análise feita a 38 projetos, 20 disseram que tinham tudo e que iam avançar, o que não quer dizer que os outros 18 estejam mal. São os tais 49 MW que, hoje, são mais do que isso e que, rapidamente, serão mais.

No que diz respeito à demissão do Eng.^o Mário Guedes, tinha nomeação que não era definitiva e, portanto, nós entendemos por bem substituí-lo por alguém em quem tínhamos uma certeza de uma identificação entre aquilo que queríamos fazer e aquilo que é necessário fazer.

Sr. Deputado, diria que a manifestação dos jovens na sexta-feira passada foi, de facto, uma vitamina, porque, depois do otimismo de Paris, aquilo a que assistimos e que veio para o espaço público à escala global, foi o Sr. Trump a dizer: «Não gosto disto», foram as *fake news* que vieram tentar desmentir o óbvio, ou seja, a relação entre a ação humana e as alterações climáticas, foram os protestos, não direi por razão simétrica, mas, se simplificasse a linguagem, diria dos *gilets jaunes*, motivados pelo aumento da taxa de carbono em França. Por isso, esta foi mesmo a vitamina de que nós precisávamos. Acho que é absolutamente fundamental percebermos todos que aquele é o futuro governo, daqui a 10 anos, o futuro Parlamento, daqui a 10 anos, e também os futuros clientes das empresas portuguesas, os futuros acionistas, os futuros CEO, os futuros eleitores daqui a 10 anos. É mesmo importante que estejamos atentos ao que eles fazem.

Sr. Deputado Bruno Dias, se eu vier cá daqui a 10 anos prometo que, antes de lhe dar um abraço, vou dizer-lhe: «O senhor está na mesma». É mesmo aquilo que vou dizer daqui a 10 anos, quando cá chegar. Fica já dito a frase, se vai ou não ser verdadeira, na altura, depois discutimos à saída. Quero acreditar que, de facto, não há qualquer razão para vir aqui, daqui a 10 anos, por estes motivos, a não ser que seja para dar um abraço aos amigos.

Sr. Deputado, não consigo entender algo naquilo que explanou e que o seguinte: havendo todas as condições para podermos vender a eletricidade abaixo do preço de custo do mercado, havendo todas as condições para poder produzir e colocar no mercado energia renovável abaixo do preço de mercado, por que razão é que o Sr. Deputado acha que deve ser a preço de mercado? Isso é aquilo que, de facto, não consigo entender e é o único conflito que tenho comigo próprio na pergunta que faz. O determinismo a 10 anos é, de facto, o que é. Agora, como diria um famoso urbanista e arquiteto e, depois, presidente da câmara, «a tendência não é destino». É uma frase do Jaime Lerner, por quem tenho muito apreço. Mas quando a tendência é tão pesada e, sobretudo, quando está, também, nas nossas mãos definir as regras quer relativamente aos leilões, quer relativamente à taxaço do carbono, há aqui um grau de certeza enorme sobre o que é verdadeiramente expectável. Repito: acho que devemos mesmo produzir abaixo do preço de mercado e não ao preço de mercado, quando utilizamos as fontes renováveis.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, peço desculpa, mas ficaram algumas questões por responder. Foi muito rápido e saltou de umas perguntas para as outras.

Relativamente à Sr.^a Deputada Helga Correia, foi-lhe diretamente colocada a pergunta de quantos é que ficaram por fiscalizar num universo de 38.

Quanto ao Sr. Deputado Bruno Dias, temos a questão das pré-reformas da EDP e, também, a questão da barragem do Baixo Sabor.

Não tem resposta para dar, mas nós precisamos de uma resposta sua.

Por isso, são estas três as questões que ainda estão em aberto.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Muito bem começo, então, pelas duas questões do Sr. Deputado Bruno Dias, o tal que vai estar na mesma daqui a 10 anos. Fica garantido!

Relativamente ao Baixo Sabor e às pré-reformas da EDP Distribuição... No segundo caso, é algo de que ouço falar aqui pela primeira vez, por isso não tenho qualquer resposta para dar, nem vim preparada para ela.

Sobre a questão da fiscalização, repito, este exercício e estes números — os 20 dos 38 — não resultam de nenhuma ação de fiscalização, resultam, sim, de informação prestada pelos próprios, dos quais, da amostra 38 a quem a questão foi colocada, 20 deles disseram: «Já estamos a fazer ou vamos fazer». No que diz respeito aos outros 18, de facto, não estão em condições de o poder fazer.

O Sr. **Presidente**: — Peço, apenas, que responda à questão das pré-reformas. Sr. Ministro, não percebi se respondeu à questão.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Penso que terei sido claro, mas repito com muito gosto: é a primeira vez que ouço falar sobre questão das pré-reformas.

Relativamente à inspeção do Baixo Sabor — não é a primeira vez de que ouço desta questão — não tenho nenhuma resposta a dar aqui.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, há alguém que se queira inscrever para a terceira ronda? Parece que não há.

O Sr. Deputado António Topa está inscrito para a segunda ronda. Sr. Deputado, dispõe de 2 minutos.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Secretário de Estado afirmou, como aqui foi referido, respondendo a uma questão levantada pelo Sr. Deputado Jorge Costa, que não concordava com o previsto no Decreto-Lei n.º 35/2013 e que, se fosse possível reverter o que estava previsto nele, o faria.

Questionado se concordava com estas afirmações, o Sr. Ministro afirmou simplesmente que concordava. Pelo referido decreto-lei ficou previsto para os centros electroprodutores eólicos uma extensão por mais 7 anos das tarifas subsidiadas, no fundo, na maior parte dos casos, com um patamar mínimo de 74 €/MWh.

De 2012 até 2020, o momento em que se inicia a extensão do prazo, o Estado arrecadará, como contrapartida, cerca de 200 milhões de euros.

Sr. Ministro, afirmou aqui hoje que o preço da energia continuará a subir. No relatório da ERSE sobre os custos médios de aquisição em mercado de energia elétrica para 2019 foi previsto o valor de 65 €/MWh. Pela extensão do prazo, fica garantida a não emissão de certificados verdes e, por parte dos produtores, os aspetos da inflação têm de ser considerados nestes 18 anos. Mas há outras situações, também, nomeadamente o custo da tonelada de CO₂ no que se refere à emissão de certificados verdes que continua a subir e foi bastante elevada.

Sr. Ministro, podia explicar-nos mais detalhadamente a razão para não concordar com o conteúdo do referido decreto? Se não entende os valores que, neste momento, estão a apresentar-se e, até de acordo com aquilo que disse sobre o facto de o preço da energia continuar a subir, acha que esta situação poderá ser prejudicial para os consumidores?

Vozes inaudíveis.

Não, é o Decreto-Lei n.º 35/2013, o tal que prevê a extensão do prazo das tarifas bonificadas, ou tarifas *feed-in*, no caso das eletroprodutoras eólicas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, pode responder.

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Sr. Deputado, reconhecendo que o Sr. Deputado acabou por concretizar uma pergunta, mas falou de dois temas.

Não tendo informação detalhada para ir além daquilo que já foi dito, nomeadamente pelo Sr. Secretário de Estado João Galamba sobre esse dito decreto-lei de 2013, vou ater-me à questão da evolução do preço da energia, sendo que não vou transmitir qualquer novidade.

Posso dizer-lhe que, existindo um compromisso tão alargado — relativamente ao qual não tenho a mais pequena dúvida de que o partido que V. Ex.^a aqui representa também está associado — de descarbonização é absolutamente fundamental continuar a garantir que há condições para que a produção de energia a partir de fontes renováveis seja feita ao custo mais económico possível e, obviamente, indo onerando, com o tempo e de forma paulatina, a produção de energia a partir de fontes fósseis.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro disse que não tem conhecimento para poder responder à questão do Decreto-Lei n.º 35/2013.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Mas o Sr. Ministro respondeu ao Deputado Jorge Costa, dizendo que discordava completamente do Decreto-Lei n.º 35/2013 e que se fosse possível reverter a situação o faria.

O Sr. **Presidente**: — Não foi o Sr. Ministro quem respondeu isso, foi o Sr. Secretário de Estado Galamba, quando aqui esteve.

Srs. Deputados, o Sr. Ministro acaba de dizer duas ou três vezes que não está a ver qual é o Decreto-Lei n.º 35/2013. Eu, sinceramente, não tenho a noção de, nesta audição, o Sr. Ministro ter respondido a algum dos Srs. Deputados em concreto sobre esta matéria. Respondeu ao Sr. Deputado Jorge Costa?

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Respondeu, respondeu!

O Sr. **António Topa** (PSD): — Respondeu que não estava de acordo com o decreto e que, se fosse possível, revertia.

O Sr. **Presidente**: — Isto estava a correr muito bem.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Então agora não conhece o decreto e não estava de acordo?

O Sr. **Presidente**: — O que o Sr. Deputado Topa está a dizer é que o Sr. Ministro soube responder...

O Sr. **Ministro do Ambiente e da Transição Energética**: — Vou tentar dar a melhor resposta possível.

Em consequência do que foi a resposta do Sr. Secretário de Estado João Galamba, se for legalmente viável e se financeiramente fizer sentido, não há qualquer problema em rever esse mesmo decreto-lei. Não parece é que seja nem financeiramente viável nem legalmente possível.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, assim, terminar esta reunião.

Gostaria de partilhar com os Srs. Deputados algumas informações, e pedia um pouco de silêncio na sala, porque são informações importantes.

Como é do conhecimento de todos, há um requerimento para a audição, de novo, do ex-Presidente da Autoridade da Concorrência, o Dr. Ferreira Gomes. Estamos a fazer todos os contactos de modo a tentar fazer esta audição para a semana.

Recordo que a pessoa em causa não reside nem trabalha em Portugal. Da outra vez foi extremamente solícito e marcou a audição rapidamente, por isso estamos a tentar marcar tudo para que, na próxima quarta-feira, consigamos fazer essa audição, nem que seja via *Skype*.

Queria também recordar que o prazo desta Comissão foi fixado na semana passada, em votação, e que, em função disso, tenho de solicitar ao Sr. Deputado Relator que faça chegar a primeira versão do relatório no dia 5 de abril, uma sexta-feira, para que esta possa ser distribuída por todos e para que possamos reunir na quarta-feira seguinte, dia 10 de abril, para, aí sim, em plenário de Comissão podermos discutir a primeira versão do relatório e, se for entendimento dos grupos parlamentares, fazer sugestões, propostas, etc.

Em função desse debate, sugiro que fixemos para o último dia da nossa Comissão, que é dia 17 de abril, a reunião final, onde o relatório final será discutido e votado.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr. Presidente, qual a data em que tenho de entregar o relatório?

O Sr. **Presidente**: — No dia 5 de abril, para ser distribuído por todos os Deputados.

Depois teremos duas reuniões, uma primeira no dia 10 e uma segunda, e definitiva, dia 17. É que, para haver mais reuniões encurtam-se os prazos

de análise e de propostas, quer dos grupos parlamentares, quer do Sr. Deputado Relator. Depois podemos fazer essa avaliação, mas acho que fixar o dia 5 de abril é determinante, neste momento.

Nada mais havendo a tratar, resta-me agradecer ao Sr. Ministro pela sua participação e pela forma como procurou responder a todas as questões, e agradecer também às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados, ao *staff*, aos Srs. Jornalistas e a todos aqueles que nos acompanharam ao longo destas horas, desejando uma muito boa-noite a todos.

Estão, assim, encerrados os trabalhos.

Eram 21 horas e 20 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.